

Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político

Anette Goldberg

“Les conditions pour qu'apparaisse un objet de discours, les conditions historiques pour qu'on puisse en 'dire quelque chose', et que plusieurs personnes puissent en dire des choses différentes, les conditions pour qu'il s'inscrive dans un domaine de parenté avec d'autres objets, pour qu'il puisse établir avec eux des rapports de voisinage, d'éloignement, de différence, de transformation — ces conditions, on le voit, sont nombreuses, et lourdes. Ce qui veut dire qu'on ne peut pas parler à n'importe quelle époque de n'importe quoi; il n'est pas facile de dire quelque chose de nouveau; il ne suffit pas d'ouvrir les yeux, de faire attention, ou de prendre conscience, pour que de nouveaux objets, aussitôt, s'illuminent, et qu'au ras du sol ils poussent leur première clarté.”
(Michel Foucault)

Preliminares ¹

Meu objetivo nas páginas que se seguem será o de examinar o surgimento e a evolução de uma problemática feminista brasileira contemporânea, através da análise de paradigmas e/ou de certas configurações ideológicas presentes na produção intelectual *não militante*, nos textos especificamente voltados para a “emancipação feminina”, o “feminismo”, as mobilizações de mulheres e/ou o movimento feminista, as relações entre os sexos.

Sem pretender ser exaustiva, referir-me-ei a um certo número de textos brasileiros publicados em livros e periódicos e a textos não publicados, existentes sob a forma de trabalhos universitários (dissertações e teses defendidas, comunicações apresentadas em reuniões e congressos). Esse material, uma vez organizado cronologicamente, foi submetido a uma análise que procurou levar em conta os seguintes elementos: 1.º) Marcos de inserção de cada texto (conjuntura nacional e orientações predominantes no campo das Ciências Sociais); 2.º) Enfoque(s), marcos teóricos e conceitos utilizados pelo(a) autor(a); 3.º) Concepção veiculada pelo texto a respeito da situação da mulher e/ou das relações entre os sexos; 4.º) Modalidades preconizadas de transformação da situação da mulher e/ou das relações entre os sexos.

Este artigo, que apresenta os primeiros resultados dessa análise, está dividido em

duas partes. A primeira delas, “Da Emancipação Feminina a um Movimento de Mulheres Feminista” (1963-1978), se refere às etapas de gênese, institucionalização e afirmação social e política do movimento feminista brasileiro ao longo dos anos de regime autoritário; a segunda parte, “Das Mulheres em Movimento ao Feminismo de Estado” (1979-1988), diz respeito aos rumos desse movimento desde a “abertura” até o momento atual.

Propus-me, dentro de uma periodização que tem como pano de fundo os grandes momentos de inflexão do processo político nacional desde os anos 60, a enfocar os diferentes significados e representações que, de modo implícito ou explícito, foram sendo associados à noção de “feminismo” (e suas correlatas), num primeiro momento por ensaístas de diferentes campos e disciplinas, e em seguida por cientistas sociais. Minha suposição é a de que tais significados e representações reflitam as configurações ideológicas que foram fundamentando e influenciando discursos e práticas militantes propriamente ditas, tendo contribuído para o estabelecimento e/ou o fortalecimento de certas fronteiras e hierarquias ideológicas definidoras dos rumos tomados pelo movimento feminista.

Da Emancipação Feminina a um Movimento de Mulheres Feminista (1963-1978)

Algumas idéias que já tive a oportunidade de expor e desenvolver em trabalhos

anteriores serviram como premissas para a análise dos textos produzidos neste primeiro período considerado.²

A primeira delas é de que o tipo de entrelaçamento entre “modernidade” e processo político, que deu especificidade e criou as peculiaridades da sociedade brasileira da primeira década de ditadura militar, não permitiu que a desestabilização das relações entre os sexos — que então se verificava no seio das camadas médias dos grandes centros urbanos — desse lugar ao surgimento de um movimento de liberação radicalizado e subversivo como aquele que vinha mobilizando no mesmo período, em sociedades liberais avançadas, mulheres de mesma geração e camada social, com trajetórias e questionamentos “identitários” semelhantes aos de muitas jovens brasileiras.

A segunda idéia é a de que o processo de endurecimento e consolidação do regime autoritário nos anos que se seguiram ao AI-5 selou a união e o compromisso de várias mulheres, sensibilizadas pelas idéias dos novos movimentos de liberação internacionais e/ou por uma “questão da mulher”, com setores dogmáticos da intelectualidade de esquerda interessados na possibilidade de engrossar a ala feminina de uma frente da chamada “sociedade civil” contra a ditadura, sob o manto de um prolapado feminismo “bom para o Brasil”.

Enfim, a terceira idéia é a de que a inexistência de um movimento de liberação radicalizado no Brasil do início dos anos 70 fez com que algumas intelectuais motivadas por um objeto de estudo “mulher”, tenham se lançado a ele sem muitas interrogações quanto à própria maneira de abordá-lo, sem denunciar o caráter sexuado de parâmetros teóricos e metodológicos das disciplinas que o abrigaram, sem contestar a hierarquização de saberes e de poderes existente nos espaços acadêmicos. Foi possível assim evacuar de sua trajetória de “mulherólogos” certos debates existenciais, ideológicos e políticos sobre emancipação e/ou liberação feminina que lhes diziam diretamente respeito, tocando a camada social e o universo nos quais elas próprias se moviam.

O movimento feminista que emergiu em 1975 e se institucionalizou no período que precedeu a “abertura”, gestado à sombra, nas margens, nos implícitos e nas entrelinhas de uma produção jornalística e acadêmica, foi a resultante de duas orientações

que apareceram expressas em escritos “fundadores” da década de 60 e da primeira metade dos anos 70. São elas um paradigma que definirei como *modernizante*, através do qual se tornaram públicos aspectos de uma desestabilização nas relações entre os sexos, e um paradigma que chamarei de *evolucionista*, através do qual se buscou capitalizar essa desestabilização para o fortalecimento de uma determinada concepção de transformação social. Quanto ao paradigma ao qual me referirei como *estruturalista*, é certo que ele inspirou nesse período várias especialistas na “questão da mulher”, mas muitas delas só se assumiram como “feministas” — acadêmicas e/ou militantes — a partir de 1979.

O Paradigma Modernizante

Observa-se no Brasil que o desenvolvimento dos anos JK, responsável pelo crescimento econômico baseado na industrialização e urbanização aceleradas que transformou muitos aspectos do tecido social brasileiro, foi também propulsor de mudanças no que diz respeito à situação das mulheres, de desestabilização das relações entre os sexos.

No bojo da efervescência da sociedade brasileira dos anos 60, à qual já haviam chegado as pílulas anticoncepcionais, muitas jovens começaram a sentir-se incômodas com seu “destino de gênero”, passando a questionar valores morais e modelos de comportamento estabelecidos, colocando-se questões a respeito de sua identidade e sexualidade, da liberdade e do amor.

Nesse momento, estava em curso também uma evolução de mentalidades que tinha como texto inspirador e legitimador a encíclica *Pacem in Terris* (1963), onde o papa João XXIII, discorrendo sobre transformações sociais e econômicas das sociedades modernas, referia-se ao ingresso da mulher na vida pública, à sua tomada de consciência da necessidade de não ser tratada como objeto e de sua reivindicação de direitos e deveres “consentâneos com sua dignidade de pessoa, tanto na vida familiar como na vida social”.

É significativo o fato de que em 1963 a Editora Abril tenha contratado a escritora e psicóloga Carmen da Silva para assumir a seção “A Arte de Ser Mulher” na revista feminina *Cláudia*, onde ela escreveu até falecer, em 1985. Seus artigos, publicados em duas coletâneas (Silva, 1966 e 1967), lidos por muitas futuras “mulheró-

logas” e/ou militantes feministas, foram pioneiros pois tiveram o mérito de abordar abertamente problemas da vida cotidiana das camadas médias urbanas, tornar visíveis as dificuldades de relação entre os sexos e apontar as várias questões candentes que se colocavam para as moças da época — virgindade, realização amorosa e/ou carreira, insatisfações da vida conjugal, frustrações sexuais, maternidade, bloqueios e culpas.

Mas, além disso, seus artigos foram importantes por preconizar um dos caminhos da emancipação feminina — através da “realização individual” e da “participação social” — que será ulteriormente incorporado ao ideário feminista contemporâneo brasileiro.

Assim, a escritora constatava por um lado que muitas mulheres se sentiam obrigadas a optar entre a desejada plena realização de suas possibilidades como pessoas e a sonhada felicidade amorosa, coisas incompatíveis para o que ela definia como um inconsciente coletivo imbuído ainda de séculos de tradições, tabus e preconceitos reafirmados por uma educação arcaica.

“A relação homem-mulher é o terreno onde mais freqüentemente se observa a persistência de conceitos antiquados, de modos de ver que estão em oposição frontal com as mais importantes conquistas científicas, sociais, políticas e morais dos últimos cem anos, como a abolição da escravidão, o respeito à pessoa humana, o reconhecimento de que o equilíbrio afetivo é fator decisivo de saúde. E muitas mulheres — em realidade, quase a maioria — parecem aceitar com inexplicável complacência o peso dos preconceitos que sobre elas recaí.” (Silva, 1966:138)

“...o problema fundamental consiste em encontrar o ponto justo em que a mulher se insere na sociedade como pessoa, como ente social, como ser independente. O modo de se realizar como criatura humana. O caminho para a afirmação individual. Tudo isso sem provocar conflitos no lar, sem sacrificar a felicidade doméstica, sem prejudicar a condição de esposa, mãe, companheira do homem, educadora dos filhos.” (op. cit.: 61. Grifado pela autora)

Mas ela também afirmava:

“Ante a crescente complexidade da organização social e suas exigências sobre cada indivíduo, percebeu a mulher brasileira que já não lhe era possível desentender-se do processo social: sua contribuição, como a de todos, tornava-se indispensável. (...) Assim, a mulher devia procurar uma fórmula de transição que conciliasse os vários aspectos em jogo: seus deveres para com a sociedade, que ela já não podia ignorar; seus receios quanto à própria capacidade; os resquícios de preconceitos, dos quais ainda não se pudera libertar; as objeções de seu marido, também nascidas do preconceito e da desconfiança; e, finalmente, os problemas de ordem prática representados pela dispersão de sua atividade em dois campos — o lar e o mundo — com a conseqüente multiplicidade de tarefas. (...) Quando uma mulher acha que seu trabalho doméstico e suas obrigações maternas justificam-na por não exercer nenhum tipo de atividade socialmente produtiva (isto é, uma atividade que incrementa o número de bens e serviços postos à disposição de toda a coletividade), ela deve interrogar-se se essa justificação também vale para as demais mulheres desde a rainha da Inglaterra até sua própria cozinheira; e quais as conseqüências sociais que adviriam da aplicação universal desse critério.” (op. cit.: 73-74, 78)

Uma variante dentro desse paradigma apareceu também no mesmo período, nos escritos de Bueno (1970, 1972), Cardone (1965a, 1965b, 1970, 1975), Fonseca (1970, 1971), Pimentel (1976) e Tabak (1968, 1971), autoras que enfatizavam aspectos jurídicos e formais determinantes da condição feminina, preconizando a ab-rogação das discriminações legais e/ou de fato que atingiam as mulheres, prejudicando sua integração e participação social. Data de então também a dissertação de Mestrado não publicada de Soihet (1974), que fez um levantamento histórico descritivo da atuação de Bertha Lutz na luta pelos direitos femininos levada no início deste século.³

A influência desse paradigma pôde ser constatada pelo teor das comunicações apresentadas no Conselho Nacional de Mulheres de 1972, na semana de Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher

Brasileira em 1975 e ao Senado Federal, nos marcos da Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI da Mulher, em 1977. Em todos esses eventos verificou-se o grande interesse por questões relacionadas à educação e socialização diferenciadas, à transmissão de estereótipos sexuais pela arte e pelos meios de comunicação, aos direitos da mulher (Goldberg, 1987a).

É interessante observar que, além dos textos já citados, publicou-se no período considerado uma boa quantidade de trabalhos de divulgação centrados na *emancipação feminina* cujos autores, entre os quais alguns homens (Lins, 1967; Moraes, 1971; Meira Penna, 1972; Boff, 1974), defensores da “modernidade” e/ou católicos progressistas, contribuíram para a difusão de um pensamento que defendia por um lado a participação e a “missão” femininas na sociedade moderna (Framm, 1968; Saraiva, 1972) mas, por outro lado, advogava a necessidade da *complementaridade entre os sexos* (Silva, 1973).

O Paradigma Evolucionista

Se questões da vida cotidiana e da esfera privada foram temas predominantes e assuntos candentes para muitos jovens dos anos 60, elas apareceram dissociadas de tudo aquilo que, situado no terreno do “social” e da política, tinha então valor especial para ambos os sexos. Consideradas menores do que as grandes questões da revolução, elas eram tratadas, já no seio das organizações de esquerda dos anos 60, num quadro de respeito a essa hierarquia. E com o endurecimento do regime autoritário após o Ato Institucional n. 5, elas foram ora simplesmente tachadas de contra-revolucionárias e esquecidas, ora confinadas à invisibilidade dentro dos grupos de oposição clandestinos.⁴

A “conversão à modernidade” traduzida pela ruptura com valores e padrões de comportamento seculares era um fenômeno circunscrito a um setor de esquerda das camadas médias dos grandes centros urbanos. Ora, para muitas mulheres desse segmento minoritário cujo distanciamento do “destino de gênero” foi em muitos casos expresso por uma certa ousadia ou mesmo radicalidade de opções existenciais, essa vivência — pontilhada de ambigüidades e contradições e experimentada com muitos medos e hesitações — já por si só um tanto ou quanto culposa, era freqüentemente representada como patologia pessoal

(*inadaptação, instabilidade, anormalidade*) e, enquanto tal, confinada à discreção e à opacidade do âmbito privado.

Acrescente-se a isso o fato de que essas mulheres se moviam dentro de um grupo social economicamente privilegiado, mas fortemente imbuído de um sentido de missão histórica com relação às enormes desigualdades sociais existentes no país, num momento em que um regime político autoritário se encontrava em plena consolidação, o que só contribuía para o estabelecimento espontâneo de uma hierarquia que minimizava os seus “problemas pessoais” diante de todos os problemas do povo e da nação brasileira. Elas se sentiam fundamentalmente cúmplices de seus parceiros masculinos empenhados numa “luta social” de distintos matizes e desejavam, antes de mais nada, *participar*.

Bases ideológicas para esse quadro se encontram nos trabalhos de Werneck (1965), Studart (1969, 1974), e Toscano (1976). A primeira dessas autoras, trabalhando com as noções de infraestrutura e superestrutura, sociedades centrais e periféricas, desenvolvimento e subdesenvolvimento, em voga na literatura sociológica da época, assim analisava a situação da mulher.

“Em decorrência da diversidade de estágio em seus desenvolvimentos, ocorrem gradações na situação da mulher de um país para outro. (...) As transformações na situação da mulher ocorrem na medida em que o desenvolvimento permite sua incorporação ao trabalho produtivo em escala crescente. (...) As transformações decorrentes da participação feminina na produção atingem paulatinamente os diferentes setores da vida social, embora com lentidão maior no que diz respeito à superestrutura — aspectos jurídicos, costumes, cultura, etc.” (Werneck, 1965:333-4)

Já Studart, alinhando-se à teoria de Engels sobre a derrota histórica do sexo feminino (do matriarcado) causada pelo advento da propriedade privada e da sociedade de classes, considerava que a mulher, condenada pela cultura a viver apenas o seu “papel biológico” e limitada às tarefas domésticas, tornava-se um ser humano de segunda categoria. Por conseguinte, ela advogava a participação feminina no mercado de trabalho como um primeiro passo para a libertação; o segundo passo seria, logicamente,

a participação política numa luta por uma sociedade sem classes.

“Os movimentos feministas em todo o mundo são, hoje em dia, muito atuantes, mas infelizmente impregnados de emocionalismo. A maioria deles tem caráter anarquista e é composto de dodivanas. Veja-se o caso de grande parte dos movimentos liberacionistas norte-americanos. Eles não situam os males da condição feminina no sistema, mas no macho da espécie. Algumas se lançam em guerra caricata contra o homem, considerando-o até, de maneira grotesca, uma forma obsoleta de vida. Outros elogiam o homossexualismo. (...) Este fim de século está marcado pela revolta dos povos oprimidos e também pela das mulheres conscientes. Se elas souberem repudiar o individualismo, compreender que a sua luta não está em nível de queima de sutiãs, mas no terreno jurídico, político e social, então alcançarão, pelo trabalho, um lugar ao lado do homem nas tarefas do futuro. (...) Os movimentos feministas mais racionais lutam pela profissionalização da mulher, por igualdade de salários, por sua entrada maciça nos sindicatos e associações de classe.” (Studart, 1974:44)

O trabalho acadêmico de maior fôlego concluído no período, dentro do paradigma evolucionista, foi a tese de Livre-Docência de Toscano (1976). Nesse estudo, dividido nos itens “Feminismo”, “Trabalho”, “A Mulher na Política” e “A Mulher Trabalhadora e os Sindicatos”, a autora trata do que ela caracteriza como a defasagem entre a presença crescente da população feminina brasileira no mercado de trabalho e o seu “desempenho social restrito”, comprovado pelo seu “alheamento da área das decisões políticas”. Em conseqüência, ela defende a idéia de que a principal tarefa das organizações feministas é a mobilização das mulheres com vistas à participação social e política, sem o que o processo de integração das mesmas à força de trabalho não poderia ser completo.

Na parte dedicada ao feminismo, Toscano faz uma reconstituição histórica do “movimento feminista” no Brasil, onde aparece uma periodização em duas fases: a primeira, os anos 20 deste século, marcada pela campanha do voto feminino, e a segunda entre 1942 e 1962.

“Nos anos que se seguiram ao Golpe de Estado de 37, o Movimento Feminista, como aliás todas as associações com fins ainda que remotamente políticos, entrou em recesso, dada a censura e a forte repressão policial. Em 1942, com a entrada no Brasil na guerra, houve um certo recrudescimento das atividades feministas. Como já havia sucedido na Europa e nos Estados Unidos, também no Brasil a arregimentação ideológica a favor da causa dos Aliados, bem como necessidades objetivas e urgentes de conquista da opinião pública, deram novo sentido ao feminismo: as campanhas de propaganda e de esclarecimento, mais a mobilização nacional visando disciplinar o esforço de guerra, facilitar a união das mulheres das mais diferentes condições sociais e faixas de idade, em torno do chamado ‘esforço de guerra’”. (Toscano, 1976:55-6. Grifado por mim)

É interessante observar que Toscano, membro do Centro da Mulher Brasileira do Rio de Janeiro, primeira associação “neo-feminista” fundada em 1975, nomeia como “feministas” grupos de mulheres que, enquanto existiram, não haviam adotado tal denominação, de resto reservada pelos marxistas ortodoxos brasileiros às mobilizações femininas ditas pequeno-burguesas. E essa autora assim prossegue, introduzindo a idéia do “bom feminismo” já expressa por Studart, igualmente membro do Centro da Mulher Brasileira:

“As campanhas para obter agasalhos de lã para os soldados, os cursos de emergência visando a preparar enfermeiras, as ações populares para a coleta de borracha, sucata e alumínio, para se citar apenas alguns exemplos, deram oportunidade de se imprimir ao feminismo uma nova feição social menos voltada para reivindicações especificamente femininas e mais interessadas em desenvolver o espírito associativo das mulheres em torno de bandeiras de luta que afetavam a sociedade como um todo.

Por outro lado, as dificuldades surgidas face à carestia e à inflação, a ação dos agentes do câmbio negro e dos sonegadores de gêneros de primeira necessidade, a agitação em torno de teses nacionalistas também serviram de motivação para intensas campanhas

feministas, por esta época, numa frente única que chegou a unir mulheres das mais diferentes tendências políticas.

A partir de 1944, surgem as Ligas Feministas,⁵ com orientação política de esquerda, alentadas pelo Partido Comunista Brasileiro, este por um curto período de tempo na legalidade. (...) Do programa de atividade das Ligas Femininas que atuaram até 1964, constavam como prioritários os seguintes pontos: luta contra a demolição das favelas; campanhas para a instalação de creches e de bibliotecas infantis; luta pela independência econômica nacional (campanha do petróleo) e, finalmente, contra a carestia. (...) Nesse período, foi intensa a aliança das associações femininas de tendências mais populares com os sindicatos em que predominavam mulheres. Tanto nos manifestos como nos abaixo-assinados e nas entrevistas à imprensa, ficava clara a preocupação das feministas de esquerda em buscar o apoio das mulheres trabalhadoras sindicalizadas." (op. cit.: 56-7)

O Paradigma Estruturalista

Um estudo sociológico muito importante produzido nos anos 60 foi *Mulher na Sociedade de Classes, Mito e Realidade* (Saffioti, 1976). Apresentado originalmente em 1967 como tese de Livre-Docência à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara em São Paulo, publicado pela primeira vez em 1969 e reeditado em 1976 quase sem modificações, ele permaneceu como referência obrigatória para as pesquisas sobre mulher no Brasil. Sua autora desenvolveu uma análise, segundo uma perspectiva "dialética marxista", onde polemizava com as correntes ideológicas desenvolvimentistas e evolucionistas e tentava demonstrar que a inferioridade social da mulher derivava de uma necessidade estrutural do sistema capitalista, concretizada na exclusão de um numeroso contingente feminino da estrutura ocupacional. Essa exclusão, segundo ela, não podia ser explicada pelas teorias naturalistas a respeito da mulher e tampouco tinha raiz na "tradição" ou no "atraso" econômico.

É nesse estudo de Saffioti que aparece sistematizada, pela primeira vez, uma visão de conjunto das "manifestações feministas" no Brasil desde o começo deste século e onde, no bojo de uma crítica à orientação

feminista liberal, são explicitadas as idéias de tomada de consciência por parte das mulheres dos problemas da sociedade, da necessidade de participar do processo de transformação social e da importância do trabalho como força liberadora.

"Conquanto não tenha obtido pleno êxito e nem tenha contado, mesmo na sua fase do apogeu, com a adesão de grandes massas femininas, desempenhou relevante papel no que diz respeito ao despertar da consciência da mulher não apenas para os seus problemas, como também para todos os problemas do mundo moderno que, em última instância, a afetam direta ou indiretamente. A organização do movimento feminista no Brasil, apesar de ter resultado da importação de idéias que não encontravam muito eco na sociedade brasileira (neste sentido, teria, se tivesse tido pleno êxito desde seu início, criado um grande hiato entre a legislação referente à mulher e as verdadeiras relações sociais que a inferiorizavam), inoculou em boa parcela das mulheres a aspiração de libertar-se e de emancipar-se através do trabalho. (...) Deste ângulo, sua 'importação prematura' operou como fator positivo, porquanto permitiu certa concomitância entre o amadurecimento das idéias feministas e o avanço da mulher em determinadas áreas como as do trabalho fora do lar, da educação, da participação na vida social em geral." (Saffioti, 1976:274)

E ainda, para essa autora:

"Como o conteúdo revolucionário da *praxis* feminista pequeno-burguesa é dado pelas aspirações de ascensão social alimentadas sobretudo pelos estratos inferiores das camadas intermediárias da sociedade de classes, num esforço de expansão estrutural do sistema não chega a pôr em cheque os fundamentos do *status quo*. Desta perspectiva, se o feminismo pequeno-burguês objetivava e ainda visa a estabelecer a igualdade social entre os sexos, ele não representa senão uma modalidade de consciência utópica no sentido de desejar e lutar por uma transformação parcial da sociedade, acreditando ser possível conservar intactos os fundamentos desta. (...) Na verdade, não existe um feminismo autô-

nomo, desvinculado de uma perspectiva de classe. E o feminismo pequeno-burguês constitui, no fundo e inconscientemente, dado que as chamadas "classes médias" caminham a reboque das classes sociais antagonicamente situadas no sistema de produção, um feminismo de classe dominante, pois tem fornecido inestimáveis subsídios à ideologia das sociedades competitivas sem classes e sem sistemas de sexo. Se bem analisado, o feminismo pequeno-burguês se revela não como uma agudização das tensões sociais, mas, ao contrário, como um mecanismo de atenuação dessas tensões, operante não apenas no nível das sociedades nacionais, mas também no plano internacional. (...) O feminismo classista (...) colocou o problema da mulher na dependência do desenvolvimento econômico, que estaria sendo obstruído por estruturas arcaicas e jamais pelos interesses dos países altamente desenvolvidos." (op. cit.: 132-3)

Embora Saffioti constatasse que o "feminismo socialista" não tinha obtido êxito total na empresa de liberação da mulher porquanto, segundo ela, o socialismo não havia atingido ainda sua plena maturidade, essa autora considerava tal perspectiva mais correta, na medida em que correlacionava igualdade social completa entre os sexos e o desenvolvimento econômico-social das sociedades socialistas.

Cabe aqui observar que as reconstituições históricas feitas por Saffioti e por Toscano localizavam a primeira vaga de feminismo no Brasil nos anos 20 deste século, quando da luta feminina pelo direito de voto. Foi só graças ao primeiro livro publicado em português da historiadora norte-americana Hahner (1978), que se tomou conhecimento da existência de uma pujante imprensa feminista emancipatória no país na segunda metade do século XIX, fenômeno ainda pouco estudado até agora.

Cabe também citar outros ensaios do período ora analisado que, sem se enquadrar totalmente em um dos paradigmas mencionados, constituíram variações originais em torno do tema da emancipação feminina.

Para Kühner (1966, 1967, 1977), a emancipação da mulher não podia ser reduzida à chamada "libertação sexual", devendo consistir, além da necessária mas insuficiente conquista de direitos, numa supe-

ração da "consciência-reflexo" — aquela pela qual o indivíduo só existia através do olhar de outro — e na aquisição de uma autoconsciência que, aliada a uma postura ativa diante do mundo, conduziria a uma verdadeira libertação.

Por outro lado, Muraro (1967, 1969, 1970) considerava as mulheres uma força do lado da vida (porquanto possuidora de qualidades essenciais inerentes à condição de mãe) num mundo de desigualdades sociais, de ausência de comunicação e despersonalizado, caracterizado pela manipulação do ser humano pela cultura de massas e dominado por valores belicistas masculinos. Essa autora, influenciada pelo pensamento católico de esquerda, preconizava nos anos 60 uma contestação de tal modelo a partir da contracultura da juventude e da tomada de consciência da mulher quanto ao seu papel histórico. Mas suas posições com relação ao feminismo oscilaram no período analisado entre o apoio a todas as iniciativas viáveis na nova conjuntura voltadas para a situação das mulheres, e uma orientação que ela própria definiu como "feminismo da fome", aplicável às sociedades onde a estrutura de classes e o sistema de dominação faziam com que, segundo ela, um movimento de liberação só pudesse ser eficaz se fosse assumido pelas mulheres das camadas mais desfavorecidas e integrado a uma luta "mais geral" contra o Estado, pela transformação social.

Já o artigo de Lafer (1975), um dos poucos do período que escapou ao "participacionismo" generalizado, abordava o tema da emancipação feminina a partir dos novos problemas de identidade experimentados pelas mulheres e das novas dificuldades de relacionamento entre os sexos.

Mulher: De Sujeito em Questão a Objeto de Estudo

Com o endurecimento do regime autoritário no final dos anos 60, o debate intelectual aberto sobre a emancipação feminina e/ou o feminismo propriamente dito foi abortado (assim como o debate sobre vários outros "ismos") só se manifestando marginalmente, de maneira esporádica, em alguns periódicos da chamada "imprensa alternativa" (Goldberg, 1982b). Entretanto, se a questão da individuação e da emancipação femininas, vistas do ângulo da participação social e/ou política das mulheres das camadas médias urbanas intelectualizadas, ficou durante alguns anos tão engas-

gada quanto a questão da transformação da sociedade, o mesmo não se deu com relação a certos aspectos de uma "questão da mulher" que passaram a ser enfatizados e que foram paulatinamente conformando uma nova área de pesquisas das Ciências Sociais.

Algumas linhas temáticas recobriram a grande maioria dos trabalhos acadêmicos do período analisado. Mais indireta do que diretamente, estes estudaram a população feminina brasileira, graças a agências financiadoras que incentivaram, no início dos anos 70, estudos demográficos e sociológicos sobre a reprodução humana e sobre a força de trabalho, cujos resultados foram importantes sobretudo por terem contribuído para dar visibilidade a um "fato feminino" na sociedade brasileira.

A partir de 1975 emergiu, ao lado das poucas "mulherólogas" pioneiras, uma segunda geração de pesquisadoras que, pelos mais diversos caminhos, tinham sido levadas a eleger a mulher como objeto de estudo de suas dissertações de Mestrado e/ou teses de Doutorado e cujos trabalhos foram desenvolvidos predominantemente nas áreas de Sociologia da Educação e do Trabalho.

Na área de Educação eles versavam sobre o processo de formação de estereótipos sexuais na escola, na família e através dos meios de comunicação; sobre os condicionamentos culturais que regiam as escolhas profissionais femininas; sobre papéis sexuais. O Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas e sua publicação *Cadernos de Pesquisa* tiveram, desde 1971, importância fundamental no fomento, no respaldo institucional e na divulgação de tais estudos que, desenvolvidos dentro de um leque de opções teóricas variadas, traziam principalmente a marca inspiradora do paradigma modernizante.

Na área do Trabalho surgiram inúmeros estudos monográficos sobre emprego doméstico, domiciliar e no chamado "setor informal", assim como sobre certas profissões. Foram também divulgados e explorados resultados de pesquisas mais abrangentes que haviam revelado importantes dados estatísticos sobre, por exemplo, a formação profissional da mulher trabalhadora e a mão-de-obra feminina no Brasil. Manifestou-se uma tendência a relacionar a educação e a participação da mulher nas atividades econômicas e despontaram também as primeiras tentativas de relacionar emprego feminino e vida familiar, que se afirma-

rão no período posterior inaugurando uma importante linha de estudos sobre as esferas combinadas da produção e da reprodução da força de trabalho.⁶

Descritivas e quantitativas em sua maioria, algumas dessas pesquisas, traziam ainda subjacente a marca do paradigma evolucionista com respeito à necessidade de participação da mulher na força de trabalho, tendendo a focar o fenômeno da *condição feminina* sob o ângulo do atraso econômico, do subdesenvolvimento, da *ausência e/ou da exclusão* das atividades consideradas produtivas. Outras, já influenciadas pelo estruturalismo e pela "teoria da dependência", empenhavam-se em "tornar visível o invisível", analisando a *situação da mulher* trabalhadora de um ângulo que buscava captar justamente sua *presença* na força de trabalho em atividades desvalorizadas onde ela passava despercebida e era, enquanto tal, discriminada e explorada.

Entre 1975 e 1978, com o surgimento das primeiras associações feministas, deu-se a assunção do feminismo por parte de várias especialistas na "questão da mulher". Mas é importante observar, não de todas. E os significados atribuídos à palavra "feminismo" variaram, em função da própria articulação complexa que se estabeleceu entre pesquisadoras especializadas em mulher (vinculadas a associações feministas ou não) e militantes feministas (de diferentes tendências).

Como já foi dito, as associações feministas surgidas no Brasil em 1975 nasceram de um compromisso que acabou conduzindo-as a integrar, durante o período que precedeu a "abertura" do regime, um movimento de pressão em prol da anistia e da abertura democrática, denominado "feminista" porque incorporava a um programa de reivindicações "gerais de toda a sociedade" certos itens "específicos das mulheres".

Ora, se esse compromisso, naquele contexto, convinha por um lado a feministas sensibilizadas pelos movimentos de liberação das mulheres em outros países — que acreditavam na possibilidade de obter do Estado autoritário a melhoria de alguns aspectos da situação feminina e visavam a ampliação de seu espaço de atuação — e, por outro lado, a militantes de uma esquerda reformista, ele estava longe de expressar politicamente interrogações, orientações teóricas e convicções ideológicas de muitas das "mulherólogas".

É interessante ler num artigo de Campos (1979) o relato sobre as oposições, as dúvidas e as perplexidades que atravessavam sua equipe de pesquisa em 1977, sintetizadas pela autora em quatro oposições: sujeito *versus* objeto de análise; contradições de sexo *versus* contradições de classe; visão psicológica *versus* visão sociológica; pensamento *versus* ação. Ora, é fácil constatar que tais oposições, que em outros contextos haviam-se explicitado nos debates entre diferentes tendências dos novos movimentos de liberação das mulheres, não tiveram grande ressonância no movimento feminista brasileiro até 1979.

As divergências de muitas intelectuais com relação ao discurso feminista predominante e às práticas ditas feministas que se desenvolveram no país entre 1975 e 1978, aliadas ao reduzido campo de possibilidades para a elaboração e a difusão de discursos e práticas alternativas talvez explique parcialmente a situação assim descrita por Costa, Barroso & Sarti (1985):

“Os pesquisadores viveram neste período (1975-1978) sob intenso fogo cruzado: o dos colegas da comunidade acadêmica e das agências de financiamento, para quem deviam incessantemente provar que sua atividade era científica e não de denúncia militante, e o das feministas, para quem precisavam provar seu desinteresse numa carreira pessoal e seu empenho numa causa coletiva. Feministas para a comunidade acadêmica e acadêmicas para as feministas, as pesquisadoras viveram perigosamente nesta zona fronteira de tensão e ambigüidade.” (*op. cit.*: 6)

Mas talvez essa situação possa ser pensada desde um prisma mais instigante, como sugere o trecho abaixo:

“Buscávamos, também, entender por que as mulheres de formação universitária sensibilizadas pelas idéias feministas, ao contrário de suas congêneres americanas, não elegeram a Academia como um de seus campos de batalha prioritários, embora tenham lutado pelo reconhecimento da legitimidade de seu objeto de estudo. Como pano de fundo para a questão. Por que um feminismo tão bem comportado? Onde está a explicação para o fato de que algumas mulheres que foram tão radicais em suas vidas e em suas opções políticas

tenham sido tão pouco ousadas, tão respeitosas de limites e prioridades em termos de feminismo?” (Costa, 1987:2)

Se a relação entre militantes feministas e “mulherólogas” foi tensa nesse período, é importante observar que, não tendo sido engendradas em grupos de autoconsciência, as pesquisas sobre mulher não reuniram inicialmente certos insumos necessários para enfrentar debates teóricos e polêmicos metodológicas que ocasionassem rupturas de cordões umbilicais que as uniam a disciplinas e instituições.

De um lado, o medo à repressão e a incipiência do feminismo radical, confinaram alguns poucos grupos de autoconsciência a uma clandestinidade envergonhada, carregada de todos os equívocos que revestiam suas representações estigmatizantes — grupos de conscientização política, grupos de lésbicas e/ou terapêuticos — e retardaram a apropriação por cientistas sociais de noções como a de “opressão patriarcal”. De outro lado, a clandestinidade dos grupamentos políticos impediu, até por medida de segurança, uma defesa aberta de uma concepção feminista de “dupla militância” — contra a opressão de classes e de sexos.

Em vista disso, a “conversão” de intelectuais ao feminismo se limitou em muitos casos apenas a se dedicar a “estudar mulher”, adotando pontos de vista que foram às vezes até mais inovadores do que certos conteúdos veiculados pelo próprio movimento feminista. Mas mesmo quando essa conversão temática foi conseqüência de militância ou estimulou o ingresso num grupo feminista, houve a negação (consciente ou inconsciente) da presença de opressão masculina nas esferas da vida familiar, profissional e política onde elas próprias se movimentavam. Assim sendo, os homens — seus parceiros amorosos, aliados políticos e colegas de profissão — foram poupados de modo geral: o “privado” e o “público” permaneceram compartimentados e as relações de poder nessas esferas invioláveis; politicamente se investiu solidária e prioritariamente nas “lutas gerais”, e academicamente se estudou sobretudo os problemas das *outras* mulheres.

Esse “bom comportamento” valeu-lhes uma complacência paternalista, com respeito ao objeto de estudo “mulher”, e algumas possibilidades de ocupação de espaços institucionais. Não é de se estranhar a quase inexistência no período, à exceção dos poucos trabalhos já mencionados, de estu-

dos passíveis de ser enquadrados numa rubrica "feminismo" ou mesmo "mulher e política".

A total ausência de questionamento de cânones e conceitos fundamentais das disciplinas que estudavam a política, o confinamento do político (*le politique*) à esfera do Estado e suas instituições, fez com que a representação dominante do vínculo entre "mulher e política" fosse naturalmente derivada do "participacionismo", traduzindo a orientação ideológica que preconizava o aumento da participação feminina no eleitorado, nos sindicatos, nos partidos e, se e quando possível, a ocupação de cargos eletivos a nível estadual e/ou federal. Ora, essas preocupações quantitativas não encontraram terreno de aplicação fértil durante os anos de autoritarismo, uma vez que a conjuntura não estimulava nem oferecia material empírico muito substancioso que servisse para atualizar e/ou modificar os dados de que já se dispunha a respeito da pequena participação e reduzida representação política das mulheres.

Das Mulheres em Movimento ao Feminismo de Estado (1979-1988) ⁷

Os significados e as representações de "feminismo" e de "mulher e política" veiculados pela produção intelectual deste novo período foram surgindo como imagens efêmeras de um caleidoscópio, no qual se superpuseram e se sucederam configurações ideológicas espelhadas num fundo turvo, reflexos de certos acontecimentos aparentemente imprevisíveis e incontrolláveis que iam alterando o panorama político com uma rapidez assustadora. Elas serão aqui chamadas de *inovadoras*, de *sexo-classista*, de *participacionista-reformista* e de *participacionista-liberal*.

Tais configurações ideológicas emergiram, ora reafirmando e atualizando paradigmas antes existentes, ora rejeitando-os, ora estimulando o surgimento de novos prismas de apreensão da "questão da mulher", novos significados e representações do feminismo. Elas se fizeram presentes atravessando a produção intelectual do campo das Ciências Sociais (sem se limitar apenas à área denominada "estudos sobre mulher"), e os textos que tratam de "feminismo", de "mulher e política", de relações entre sexos ao longo da década em curso refletem também, além das tendências que se enfrentaram no campo do feminismo, a evolução do teor dos debates a respeito dos rumos da sociedade brasileira.

Mais ainda do que na primeira parte deste artigo, portanto, faz-se necessário introduzir a análise dos textos por uma caracterização do período, o que será feito por intermédio de algumas constatações que funcionaram como premissas orientadoras do exame do material nele produzido e do seu enquadramento em determinadas configurações ideológicas.

A primeira constatação é a de que o processo político que se inaugurou em 1974 e teve curso na segunda metade dos anos 70 trouxe enormes esperanças para mais de uma geração de intelectuais de esquerda. Entretanto, os limites da nova situação tinham sido claros desde o começo e, dentro desses limites, o campo de atuação estava fadado a ser irremediavelmente restrito.

A "transição negociada" do regime autoritário brasileiro processou-se, a partir da segunda metade dos anos 70, com a prudência e os necessários compromissos que supunha o projeto de "distensão lenta e gradual" do presidente Ernesto Geisel, tal qual explicitado no discurso que pronunciou na primeira reunião de seu ministério em 19 de março de 1974:

"Prefiro ver os instrumentos excepcionais não tanto em exercício duradouro ou freqüente, antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica (...) até que sejam superados pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes dentro do contexto institucional (...) e dependerá necessariamente de que o espírito de contestação de minorias trôpegas ou transviadas acabe por exaurir-se ante o repúdio geral".⁸

Em 1979, quando a presidência da República foi entregue ao general João Figueiredo, encarregado de aplicar as reformas políticas da "transição democrática", o Movimento Democrático Brasileiro — MDB — único partido legal de oposição, que acolhia em seu seio desde os matizes políticos mais liberalizantes aos mais radicalizados — era um grande movimento de pressão que abrigava intensa atividade de vários setores da chamada "sociedade civil", mas trazia marcas dos quinze anos de ditadura militar então transcorridos. Como bem o caracterizaram Velasco e Cruz & Martins, analisando os resultados de eleições parlamentares realizadas em 1974:

"Tendo anulado o ato reflexo de rejeição, o autoritarismo acabara por moldar uma oposição acorde ao seu feitio. Avara na assunção de riscos, adiando para um futuro longínquo a consecução de objetivos mais ambiciosos, atendo-se à defesa dos direitos humanos, à reivindicação das liberdades formais e da normalização institucional, o MDB chega a ganhar alguns pontos, mas nem de longe poderia ser visto como ameaça à estabilidade da ordem política estabelecida".⁹

Tais marcas de moderação e precaução continuaram influenciando a atuação política da maior parte dos intelectuais de esquerda mesmo após a "abertura" e definiram certos contornos da "Nova República", incidindo também sobre a construção e a reconstrução de discursos sobre feminismo e ou "mulher e política", foi num quadro de recato e de prudência que os intelectuais de esquerda — homens e mulheres — puderam revitalizar um imaginário reprimido durante anos e reatualizar seu sentido de "missão histórica" a cumprir.

Assim, ao longo da primeira metade dos anos 80 a "ditadura militar" passou a ser vista como um "governo de transição"; os defensores das utopias mais radicais de "revolução" ou de "transformação social", que haviam idealizado a construção de uma sociedade alternativa, foram-se restringindo às esperanças de um projeto de democracia liberal; a idéia de novas formas de "participação" social e política por parte de amplos setores "excluídos" ou "marginalizados" foi sendo substituída pela defesa da noção clássica de "representação".

A segunda constatação, na mesma ordem de idéias, diz respeito a uma defasagem entre certas caracterizações e representações agigantadas de fenômenos então existentes na sociedade brasileira e os rumos reais do processo sócio-político global, para os quais apontavam tendências distintas que rapidamente se tornaram predominantes. Isso se verificou principalmente entre 1979 e 1982, quando uma boa parte da produção intelectual "descobriu" e passou a supervalorizar os "novos movimentos sociais". Urbanos e populares para alguns, alternativos e de minorias para outros, nesses movimentos se estaria construindo uma nova relação com o Estado, estariam se forjando "novas identidades sociais", "novos sujeitos políticos", "novas relações sociais".¹⁰

A realidade comprovou o dito segundo o qual "as aparências enganam". Na verdade, a simples possibilidade de ampliação de um espaço de expressão e de participação *na mesma política* estava sendo erigida como liberadora em si mesma por muitos cientistas sociais que, já com mais de 30 anos, *nunca* tinham tido sequer a oportunidade de escolher pelo voto um presidente da República; era compreensível que, para muitos, a recusa e/ou a impossibilidade de atuar politicamente numa sociedade odiada fosse se metamorfoseando na crença na possibilidade e no anseio de influir no desenrolar dos destinos da nação dali em diante.

A terceira constatação diz respeito ao fato de que a desestabilização das relações entre os sexos, tornada mais visível do que nunca no início dos anos 80 devido à série de assassinatos de mulheres das camadas médias urbanas por seus companheiros, tenha mobilizado muitas feministas em torno de coletivos de tipo SOS, sem no entanto desembocar num movimento de grande envergadura. Enquanto reportagens jornalísticas, debates radiofônicos, novelas e seriados televisivos tornavam públicos problemas e dificuldades das relações entre os sexos na vida privada, *despolitizando-os ao veiculá-los como meras facetas da "modernidade"*, militantes feministas de distintas tendências mantinham encobertos aspectos de suas próprias vidas privadas, enquanto reivindicavam publicamente novas leis (entre as quais a de descriminalização do aborto) e assumiam tarefas assistenciais e/ou de "conscientização" de *outras* mulheres.¹¹

Essas constatações conduzem a uma dimensão crucial do processo de mudança social brasileiro, cuja magnitude aparece na grande maioria dos textos sobre "feminismo" e sobre "mulher e política" do período ora analisado: a ausência, por parte das feministas e da esquerda em geral, de questionamentos fundamentais dos poderes que atravessam *todas* as relações sociais conduzindo a uma apreensão verdadeiramente nova do "político". Contrapõem-se de uma maneira ou de outra a tal tendência certos textos onde se encontram reflexões enriquecedoras a respeito do processo de constituição de novos sujeitos sociais e/ou políticos e sobre a relação entre os movimentos sociais e os poderes (Lobo, 1985a; 1985b e Pinto, 1985; 1987), assim como sobre o empobrecimento da noção de autonomia (Miguel, 1987). Esse conceito — tão caro

aos movimentos "alternativos" europeus e tão importante para os movimentos de liberação das mulheres — perdeu no Brasil suas conotações mais utópicas, tendo-se traduzido pela idéia de "independência com relação aos partidos" e sido utilizado, sobretudo, como divisor de águas entre a concepção "aparelhista" de "movimentos de massa" dos marxistas ortodoxos e uma concepção de "dupla militância" que se afirmou na esquerda a partir da organização dos novos partidos em 1980.

O Feminismo em Movimento

A lei de Anistia de 1979 permitiu o retorno ao país de muitas mulheres que durante o exílio — seu ou de seus companheiros — haviam tomado contato com a experiência dos movimentos de liberação europeus e que tinham se "convertido" a um feminismo um pouco diferente do que se vinha praticando no país. Este era um produto híbrido de determinadas emanções das correntes "luta de classes" e "radical" dos movimentos de liberação das mulheres na Europa, orientações que haviam estado ausentes do ideário feminista predominante no Brasil no período anterior.¹²

Entre 1979 e 1981 essas "retornadas" ingressaram nas associações feministas existentes e em grupo de mulheres no interior dos quais o consenso político estava há muito periclitante, contribuindo sobretudo para a introdução de um *debate* sobre as relações de sexos/gêneros, sobre o próprio feminismo e seu vínculo com a mudança social e política, sobre questões polêmicas como a ênfase na igualdade ou nas diferenças, o pluralismo, a autonomia (debate até então obnubilado por uma propalada necessidade de consenso e de união em torno das lutas "mais gerais"). As reações não se fizeram esperar e muitas cisões ocorreram em todo o país.

O fracionamento das primeiras associações feministas esteve relacionado também com outro aspecto do processo político — o término em 1980 do bipartidarismo e a organização de novos partidos. Com o aparecimento ou a reativação de canais tradicionais de representação política, muitas militantes adeptas da orientação marxista ortodoxa abandonaram seus grupos feministas ou passaram a privilegiar abertamente velhas formas de ativismo nos partidos e estruturas sindicais legais, o que possibilitou às "retornadas" e militantes mais jovens ocupar espaços desertados por essas primeiras feministas e transformá-los, e/ou

fundar novos grupos. Foi especialmente importante nesse processo de assunção de um feminismo de novo tipo o surgimento de coletivos de tipo SOS voltados ora para práticas relacionadas com o corpo, a saúde e a sexualidade femininas, ora para a questão da violência.

No espaço de um ano, entretanto, a maioria desses grupos novos ou renovados entrou em crise, vendo-se numericamente reduzidos e com as atividades paralisadas, o que contrastava curiosamente com uma presença feminina maciça nas organizações político-partidárias, onde a "questão da mulher", graças à difusão do feminismo, *tinha-se tornado tema de debate e item obrigatório dos programas e de plataformas eleitorais em preparação.*

Em 1982, pela primeira vez após o golpe militar de 1964, os cidadãos brasileiros poderiam eleger governadores para todos os Estados, além de senadores, deputados estaduais e federais, vereadores e prefeitos. Os grupos feministas foram seccionados por uma dinâmica desgastante de divergências e conflitos em torno do apoio a um ou outro partido de oposição, a um(a) ou outro(a) candidato(a), já que todos os partidos oposicionistas encamparam candidatos e plataformas eleitorais com reivindicações formuladas por feministas. Naquele momento, os poucos coletivos que lograram continuar suas práticas de forma relativamente independente foram os grupos SOS, onde se misturavam feministas socialistas com dupla militância e feministas radicais.

Os resultados das eleições de novembro de 1982, nas quais houve uma grande vitória do PMDB, maior partido da oposição (e um aumento de mulheres eleitas em comparação a pleitos anteriores), abriram novos horizontes para a *intelectualidade em geral* e constituíram novo momento de inflexão para o movimento feminista brasileiro, que foi se desmobilizando à medida que o feminismo foi se institucionalizando.

As Configurações Inovadoras

Em 1979, graças à divulgação da bagagem cultural inovadora de algumas figuras minoritárias na vida política dos brasileiros no exílio, deu-se a difusão pelos meios de comunicação da "política do corpo" e de certos ecos de movimentos "alternativos" europeus, ampliando-se o campo de possibilidade para que então se tornassem públicas questões ditas "da vida cotidiana", para que as esquerdas abraçassem causas de "minorias oprimidas" — mulheres,

negros, homossexuais — e questões ecológicas.

Surgiram nessa conjuntura algumas manifestações de um campo ideológico que direta ou indiretamente abriu novas direções para a reflexão a respeito de “mulher e política” e de “feminismo”, contrastando com os paradigmas anteriormente examinados: textos “anti-autoritários” (Mântega, 1979); textos que estudaram o sistema patriarcal e as relações conflituais entre os sexos (D’Ávila Neto, 1980); textos sobre a feminilidade e a masculinidade, que continham a idéia de uma “cultura feminina” e valorizavam a diferença, em lugar da propalada igualdade de sexos, revelando a existência de um tipo de dominação específica (Azambuja, 1979; Matos, 1979; Prado, 1979; 1980); textos suscitados por uma reflexão sobre as violências dirigidas contra as mulheres (Albano & Montero, 1982; Corrêa, 1981 e 1983); textos sobre as novas relações entre os sexos nas camadas médias urbanas.¹³

Entretanto, o anti-autoritarismo “importado”, ao contato com a sociedade brasileira do início dos anos 80, foi atingido pelo fenômeno da desradicalização política, precocemente detectada nas linhas transcritas abaixo:

“Nossas precárias tentativas de liberação correspondem às conquistas dessa época, devidamente manipuladas pelo poder e pela Indústria Cultural com ajuda de nossa angústia. Mas fazer o jogo do poder não é tentar usufruir dessas conquistas, e sim fechar os olhos para a mistificação que elas contêm. Fazer o jogo do poder é encarcerarmo-nos na ilusão da radicalização sem crise, da reestruturação sem desestruturação — ilusões típicas de uma classe que tem estruturas razoavelmente confortáveis a perder.” (Mântega, 1979:53)

Já o feminismo radical, que terminou sendo principalmente apanágio das lésbicas, ao estabelecer como prioritário o combate a todas as manifestações de uma “cultura patriarcal” e não propriamente a um “sistema patriarcal”, acabou tendendo a reforçar uma corrente liberalizante no combate às discriminações sexuais exercidas em todos os níveis e sobre todas as classes sociais dentro do sistema vigente. Isso ocorreu após um curto período em que defensoras dessa corrente haviam logrado afirmar suas idéias e estimular novas práticas em

alguns grupos feministas. Mas não lhe foi possível consolidar um verdadeiro movimento de liberação das mulheres. Para isso, teria sido provavelmente necessário que a grande maioria das feministas privilegiasse em sua própria prática existencial e política a questão da opressão de sexo, que existisse uma experiência de identificação e fortalecimento individual acumulada em grupos de autoconsciência, que se fizesse um questionamento generalizado dos poderes e se sonhasse com a autonomia dos micro-experimentos sociais alternativos.

Mesmo que nos anos mais recentes as utopias não tenham encontrado terreno muito fértil, uma perspectiva ideológica autonomista continuou sendo contemplada em alguns textos (Lobo & Paoli, 1982; Paoli, 1984; Lobo, 1985a; 1985b), onde o movimento feminista contemporâneo brasileiro é apresentado como mais próximo aos movimentos de liberação, e onde certos discursos “alternativos” minoritários, que de vez em quando ainda ressoam aqui e ali, tendem a ser percebidos como indícios da primazia do “novo” sobre o “velho” — o que continua a ter, sem dúvida um papel ideológico importante nos debates e nas lutas políticas atuais das feministas.

A Configuração Sexo/Classista

O binômio sexo/classe aparece principalmente em textos sociológicos e antropológicos de inspiração marxista estruturalista. A problemática dos autores com respeito ao feminismo, dentro dessa orientação teórica, pôde ser aprimorada no Brasil a partir de 1979, graças à influência da corrente feminista socialista dos novos movimentos de liberação das mulheres internacionais, cujas revisões teóricas do marxismo já vinham servindo de suporte para uma série de estudos da rubrica “mulher e trabalho” e que continuaram a inspirar trabalhos sociológicos e antropológicos situando uma “questão da mulher” na combinação do processo de reprodução da força de trabalho com o capitalismo patriarcal.

Como relata Campos (1979), as pesquisadoras tiveram grandes vacilações quanto a incorporar questões explicitamente feministas à pesquisa, correndo o risco de parecer dar maior importância a “interesses de sexo” (em última análise a seus próprios, de mulheres pertencentes a uma camada social privilegiada) do que aos “interesses de classe” (da grande maioria das brasileiras).

Era muito forte entre os cientistas sociais no final dos anos 70 a tendência a considerar que nada havia de comum entre problemas das mulheres "burguesas" (militantes feministas) e problemas das mulheres exploradas enquanto trabalhadoras. Assim, ao dilema ideológico (e prático) criado por essa visão, alguns textos buscaram se contrapor dando um tipo de resposta vivencial e mostrando justamente a existência de algo de comum entre mulheres de camadas sociais muito diferentes (Grupo Ceres 1981; Moraes & Silva, 1981; Muraro, 1983). Mas a solução do dilema, encontrada quando o movimento feminista começou a adquirir grande visibilidade e a ter impacto sobre as camadas populares, já não podendo ser simplesmente desconsiderado como um "fenômeno burguês", foi dada por sua inclusão (e conseqüente diluição) na categoria dos "novos movimentos sociais".¹⁴

Dessa forma, a adaptação brasileira da corrente "luta de classes" dos movimentos de liberação das mulheres internacionais também sofreu um processo de desradicalização. Contraopondo-se a uma concepção marxista que preconizava uma principalidade *cronológica* das lutas pelas transformações sociais, das quais adviriam mudanças na situação das mulheres, o novo ideário feminista socialista brasileiro passou a defender uma *simultaneidade* das lutas de classe e de sexo, sem no entanto questionar a inevitável hierarquização contida nas categorias "geral" e "específica".

Para Singer (1980), por exemplo, o feminismo era apenas uma forma entre outras de mobilizar mulheres, visto que os partidos políticos e a Igreja também desde há muito organizavam pessoas de sexo feminino em torno dos chamados objetivos gerais (grifado no texto pelo autor). Segundo ele:

"As demandas do movimento feminista não competem com os objetivos da luta geral pela transformação social mas constituem uma contribuição original e irrecusável para um programa que vise mais do que a alteração formal das estruturas. Cabe aos demais engajados na mesma luta aceitar estas demandas, incorporando-as não só aos objetivos finais, mas às atitudes tanto pessoais como políticas *aqui e agora*. (...) O feminismo que se pretende crítico das estruturas opressoras que atingem as outras mulheres (assim como o conjunto dos trabalhadores) tem

como tarefa traduzir sua motivação original em proposições que sejam relevantes para a grande massa de mulheres desprivilegiadas, de modo a mobilizá-las para uma mesa contra a opressão de sexo e de classe." (*op. cit.*: 118-9. Grifado pelo autor).

Essa visão foi corroborada pelo fato de que muitas militantes feministas e/ou pesquisadoras (militantes ou não) passaram efetivamente a dirigir sua atuação para lutas em bairros e comunidades das periferias urbanas, onde donas-de-casa e mães se reuniam, organizavam-se e mobilizavam-se, geralmente com apoio da Igreja católica, por questões do cotidiano — carestia, saneamento, eletricidade, pavimentação — e/ou ditas "específicas" como a da carência de creches (Almeida, 1979; Blay, 1980; Campos, 1980 e 1982; Chiriack & Padilha, 1982; Gohn, 1981; Machado, 1983).

Para Blay (1980), essas mulheres abriam novos caminhos em termos de participação social no Brasil, agitando bandeiras que deixavam de ser apenas "femininas-feministas" e passavam a reunir homens e mulheres, a sensibilizar diferentes classes sociais.

"A tendência derivada dessa base se orienta no sentido de que se amplie a participação popular nos vários setores. Começa-se a contestar a presença de um Estado ou de grupos paternalistas em troca de uma plena participação de todos. (...) Lar e nação deixaram de ser dois pólos isolados e passaram, através da participação sócio-política das mulheres, a ser aspectos de uma mesma estrutura social que para ser melhor organizada, deverá sofrer profundas modificações." (*op. cit.*: 69)

Já outras pesquisadoras preferiram se debruçar sobre as fábricas e as operárias, o que fez com que uma variante da mesma configuração se voltasse para as práticas visíveis e "invisíveis" contra a exploração capitalista em setores específicos da indústria (Chinelli *et alii*, 1980; Caulliraux, 1981; Gitahy *et alii*, 1982; Moysés, 1982), no campo (Ferrante, 1983), para a apreensão e a caracterização do envolvimento feminino em atividades sindicais (Brito, 1982; 1984a; 1984b).

É interessante constatar que a partir do começo dos anos 80, foi-se tornando cada vez mais difícil fazer referência a mobili-

zações de mulheres das camadas populares dissociando-as por completo do movimento — ainda combatido e/ou menosprezado por muitos — que se autodenominava feminista. Começou a ser difundida então, principalmente entre os grupos de esquerda, a idéia segundo a qual existiria no Brasil um amplo movimento de mulheres no seio do qual o feminismo seria apenas uma corrente (nociva para alguns e de vanguarda para outros). Essa idéia veio reforçar uma tendência que já vinha se consolidando entre muitos intelectuais cujo prisma de apreensão da realidade e posicionamento ideológico transparecem no texto a seguir:

“Sem dúvida as operárias têm preconceito e restrições ao ‘feminismo’. Não questionam, entretanto, os objetivos ou as propostas defendidas pelos grupos feministas, desconhecidas ou mal interpretadas ainda, pela maioria das lideranças operárias. Porém se fundamentam, basicamente, na idéia de que a luta feminista dividirá o movimento mais geral de transformação social, colocando as mulheres contra os homens, e na afirmação de que as feministas priorizam as questões sexuais e relegam a um segundo plano toda a base material que engendra a opressão que sofrem as mulheres nas sociedades capitalistas. O pano de fundo real desta posição é, por um lado, a influência do discurso daqueles que desprezam as questões ideológicas e consideram a luta das mulheres contra a opressão específica a que estão sujeitas como secundária e sem importância, rebaixando o problema da transformação da sociedade ao nível puramente economicista. E, por outro lado, o isolamento dos grupos feministas que não têm (salvo em algumas ocasiões) conseguido articular formas eficientes de trabalhar com as mulheres das camadas populares, ficando praticamente fechados em si mesmos, desenvolvendo um feminismo ‘auto-referenciado.’” (Leite, 1982: 148)

Após a vitória maciça do PMDB nas eleições de 1982, a euforia movimentista (feminista entre outras) foi arrefecendo no seio da intelectualidade, à medida que a noção de participação, como forma de pressão ou de constituição de novos sujeitos políticos, foi se esmaecendo ao mesmo tempo em que se ampliava o campo de possibilidades

para uma política de representação em suas formas mais tradicionais, a qual recobrou importância principalmente para os setores da oposição então vitoriosos.

Para feministas que preferiram aprofundar teórica e praticamente a linha de “sexo e classe”, ficou aberta a possibilidade de integrar um pólo de oposição à oposição e investir em atividades junto a mulheres de camadas populares, o que pôde ser viabilizado graças a alguns financiamentos a projetos de “pesquisa-ação”. Alguns desses projetos, lidando especialmente com a questão da saúde e da reprodução, têm logrado manter certa independência crítica com relação às políticas do Estado e implementado localmente ações alternativas. Mas são iniciativas extremamente minoritárias e problemáticas na atual conjuntura, tentadas em vários pontos do país mas que aparentemente só “vingaram” em estados do Nordeste e do Norte. Já tendo sido relatadas em alguns trabalhos (Arruda, 1987; Ávila, 1987), elas mereceriam um exame aprofundado que as dimensões deste artigo infelizmente não comportam.

A Configuração Participacionista-Reformista

São representantes dessa configuração os trabalhos de Ciência Política e de Sociologia que deram continuidade ao pensamento evolucionista que, no período anterior, estava orientado pela noção da *ausência* e da necessidade do aumento (quantitativo) participação feminina no processo de transformação da sociedade brasileira.

Em texto divulgado no momento em que as primeiras associações ditas “feministas” se cindiram dando origem a novos grupos e/ou se reorientaram, encampando discursos dos movimentos de liberação das mulheres, Tabak (1979) negava-lhes a especificidade, incluindo-as na categoria geral de “associações femininas”. Inspirando-se em idéias sobre a emancipação da mulher do líder comunista italiano Togliatti, essa cientista política mencionava o importante potencial de pressão na luta pela democracia que poderia constituir um “movimento feminino”. Entretanto, ela advertia:

“Ao que tudo indica, o raio de ação das associações femininas é necessariamente limitado. Sendo verdade que elas constituem instrumento da maior importância para atrair as mulheres para a ação política, principalmente as donas de casa, desempenhando assim o papel

de degrau de iniciação na luta reivindicatória, as organizações femininas de massa não podem substituir os partidos políticos na luta mais difícil pela plena igualdade de direitos e pela emancipação social." (*op. cit.*: 20)

Nessa linha de idéias, evoluindo com a ampliação do campo de possibilidades oferecido pela conjuntura, a mesma autora passou a preconizar o aumento da participação feminina nos processos eleitorais e nas instâncias decisórias (Tabak, 1981 e 1982a). E como para ela o progresso da "condição feminina" dependia da representação feminina em todas as instâncias de poder municipal, estadual, federal e da atuação parlamentar das eleitas, esses passaram a ser os temas de suas pesquisas ao longo dos anos 80 (Tabak & Toscano, 1982; Tabak, 1984 e 1985). É interessante observar que Tabak, apesar de não ter ignorado o debate sobre a "autonomia" travado no interior de todos os grupos feministas em 1981, que tiveram então de se definir com respeito à relação com os novos partidos políticos, manteve-se coerente com suas posições:

"Se aceitamos a tese de que o feminismo é movimento político orientado para mudar a condição da mulher, para assegurar a esta plena igualdade em relação ao outro sexo, é preciso compreender que a instituição que por sua natureza e seu próprio caráter trava a luta no plano político é o partido. É através dele que a luta é formalizada e as demandas são explicitadas e colocadas na arena adequada: os órgãos que exercem o poder. (...) A experiência de todos os países indica que é fundamental que as mulheres estejam também nos partidos políticos, e não apenas nas organizações criadas para defender interesses específicos. A influência das mulheres feministas dentro das organizações partidárias é certamente muito maior e naqueles países onde a tradição da participação feminina nos partidos é maior, as reivindicações das mulheres e seus interesses específicos têm uma presença muito mais forte e melhorias na condição feminina são muito mais facilmente alcançadas. (...) Quanto maior o número de mulheres feministas que se afiliarem a partidos políticos, conseguiremos galgar postos de direção, fazer-se

eleger como representantes parlamentares em todos os níveis... tanto melhor para o avanço do movimento feminista e a vitória de suas idéias." (Tabak, 1982b:12. Grifado pela autora)

Uma atualização interessante da configuração participacionista-reformista encontra-se nos trabalhos de Alambert (1980a; 1980b; 1980c; 1986), que procurou incorporar à visão dogmática dos comunistas brasileiros algumas reflexões modernizadas pelo "euro-comunismo" a respeito da emancipação da mulher que, na prática, aproximam-na de um feminismo liberal. Segundo essa autora, já não se tratava de esperar que uma revolução socialista emancipasse as mulheres, mas sim que estas, unidas, lutassem por seus direitos e por igualdade com os homens, contribuindo assim para o progresso e renovação das democracias. Fazendo autocrítica das posições comunistas-ortodoxas quanto à utilização do movimento de mulheres para grandes lutas gerais, ela procurou definir novas orientações para a relação entre o movimento feminista e o movimento democrático, sem propriamente questionar a hierarquia do "específico/geral" mas reconhecendo a especificidade das organizações feministas, por ela enquadradas indistintamente nas categorias "movimento de mulheres" e "movimento feminista".

Algumas autoras abriram debate com essas idéias e empreenderam análises qualitativas sobre a forma pela qual os novos partidos contemplaram a "questão da mulher" em seus programas e plataformas eleitorais (Silva, 1981 e 1982) e sobre os obstáculos encontrados pelas feministas militantes partidárias nos novos partidos (Guyant, 1985). Aliás a própria Tabak (1987), bem mais recentemente, fazendo uma descrição muito pouco alentadora da participação feminina no processo eleitoral para a Assembléia Constituinte, deplora a permanência de aspectos clientelísticos e manipulatórios no interior dos partidos, já constatados anteriormente por Blay (1982b) em sua pesquisa sobre as prefeitas. Mas Tabak se limita a uma expressar uma espécie de queixume, não chegando a se interrogar sobre as bases mais profundas dessa repetição.

Por outro lado, o processo eleitoral de 1982 e seus resultados suscitaram uma série de estudos quantitativos e qualitativos de distintas tendências e matizes sobre a participação política feminina (Blay, 1982a;

Oliveira, 1983; Pimentel, 1983; Pinheiro, 1983; São Thiago, 1983). Iniciaram-se pesquisas regionais sobre o comportamento político da mulher (Baquero, 1982; Baquero & Prá, 1985), merecendo especial destaque os estudos de Avelar (1982, 1984, 1985 e 1987), que vem desenvolvendo uma linha de reflexão bastante inovadora na Ciência Política brasileira, aplicando a noção de construção de gêneros à análise do voto feminino e ao exame de certos estereótipos consagrados a respeito de mulheres e política. Percebe-se, de maneira geral, na literatura mais recente, uma tendência no sentido de estudar a *presença* das mulheres na vida política, onde se privilegia uma abordagem qualitativa e compreensiva do fenômeno da participação.

A Configuração Participacionista-Liberal

Aqui, diferentemente dos tópicos anteriores, não se trata de enquadrar numa categoria textos que defendam uma orientação ideológica liberal propriamente dita. Trata-se apenas de registrar uma postura derivada da atração que essa tendência passou a exercer sobre a intelectualidade de esquerda brasileira, especialmente desde 1983, o que ficou patente em certas opções individuais e coletivas e transpareceu numa mudança qualitativa do teor dos debates políticos travados a partir de então.

Aquele espírito de missão de mais de uma geração de cientistas sociais, que se havia formado em torno da idéia de "revolução" e de "socialismo" foi sendo paulatinamente reconduzido, redirecionado. Os discursos ideológicos mais difundidos foram expressando essa mudança: já não se preconizava uma participação na sociedade e/ou na vida política para mudar o sistema e abolir um Estado de classes (e também, eventualmente, de "gêneros"), mas desejava-se *participar das estruturas do Estado e suas ramificações* para intervir nos rumos da sociedade brasileira, para instaurar no país uma democracia na qual os cidadãos (entre os quais as mulheres) poderiam usufruir de políticas de bem-estar social.

Dessa tentação não escaparam muitas feministas provindas de diferentes horizontes, para as quais, com muita rapidez, noções como "ampliação e ocupação de espaços na esfera pública" e "representação" quase se converteram numa utopia substituíva a idéias cada vez mais distantes e vagas como a de "liberação", de surgimento

de novos sujeitos políticos, de sociedade alternativa.

A consequência disso foi que se num momento anterior o diálogo e a polêmica implícita ou explícita entre militantes e/ou mulherólogas tinha tido como referencial uma certa caracterização do "movimento feminista" enquanto um possível motor de transformação social (julgado bom, ruim, adequado ou não ao Brasil, etc.), a partir de 1983 o "movimento" (feminista ou de mulheres) deixou de ser o interlocutor por excelência de umas e outras. Transformadas em novas atrizes de uma mesma política, foi o movimento que passou a ter de se definir com relação a essas interlocutoras institucionais cada vez mais visíveis, que assumiam sua representação. Para as mesmas, como a sociedade brasileira estava vivendo um importante processo de mudança — a transição democrática — parecia legítimo e válido investir em tal processo onde o Estado se colocava como um interlocutor privilegiado das feministas e acenava com um espaço consideravelmente ampliado para uma atuação no sentido da melhoria da situação das mulheres.

O trabalho coletivo financiado pela UNICEF e coordenado por Barroso (1982), cuidadoso e abrangente diagnóstico geral da situação da mulher brasileira, que pode ser considerado a obra global de referência mais importante do período ora analisado, traduzia já em seu próprio título — *Mulher, Sociedade e Estado* — uma postura intelectual bem distinta daquela que havia fundamentado no final dos anos 60 o trabalho pioneiro de Saffioti, *Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*.

Do conjunto de textos reunidos por Barroso, podia-se depreender que se o Plano da Década da Mulher adotada pelos países-membros da ONU em 1975, visando acelerar a obtenção de iguais oportunidades para mulheres e sua plena integração na vida nacional, não tinha tido grandes chances de ser aplicado na conjuntura brasileira dos anos 70, o Programa de Copenhague de 1980, que estabelecia a necessidade de criação de uma instituição central no mais alto nível do governo e de uma ampla cadeia de extensões, na forma de comissões, cargos ou posições, inclusive nos níveis da Administração local, assim como grupos de trabalho nos diferentes ramos da Administração, podia ser considerado como realizável, logo desejável. Assim, entre as recomendações finais do livro figuravam a im-

plantação de um sistema de creches, de serviços básicos de saúde e a criação de um ministério da Condição Feminina.

A partir de 1983, como um grupo de afiliadas ao PMDB era favorável à instalação de organismos estaduais para combater as discriminações à mulher, foi criado o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo, seguido pelo de Minas Gerais e do Paraná, instituições que estiveram longe de obter a unanimidade das feministas entre as quais existia, cada vez mais minoritária, a posição de manter seu movimento distanciado das esferas institucionalizadas de poder e do Estado.

Cabe observar, a propósito dessa divergência, que a defesa da institucionalização era uma posição conseqüente com a evolução da noção de "autonomia" como uma "categoria relativa" (Miguel, 1987), tal qual vinha sendo empregada e difundida pelos grupos feministas desde 1979. Como "autonomia", para a grande maioria das feministas brasileiras significava *independência* e não um *princípio de alteridade* — única forma, para os autonomistas, de autopreservação na teia de relações de poder em permanente reconstrução no tecido social — tão logo o "perigo" da manipulação do movimento por partidos políticos pareceu afastado, a institucionalização surgiu como uma garantia de seu reconhecimento e de legitimidade.

Essa dinâmica pode ser constatada, por exemplo no raciocínio de Blay, cujos textos vinham enfatizando a importância dos movimentos de mulheres e/ou feministas para a ampliação da cidadania, e que constatava em 1982 que alguns dos novos partidos haviam criado departamentos femininos na ânsia de demonstrar preocupação com a questão da mulher e, por conseguinte, de obter votos, o que poderia se transformar num novo esquema discriminatório dentro desses partidos. Mas afinal ela própria concluía constatando:

"Um balanço final, porém, mostra que neste processo de reorganização partidária, todos os partidos sistematicamente destinam um lugar em seus programas à questão da mulher e todos eles se preocupam em abrir um espaço na estrutura político-partidária para as companheiras, esta alteração de atitudes resulta em que atualmente há candidatas em todos os partidos, provocando uma elevação da participação

política feminina na disputa do espaço público." (Blay, 1982a:12)

Com a entrada de mulheres nas assessorias políticas e órgãos administrativos nos Estados onde o PMDB havia elegido governadores, as instâncias governamentais passaram a ser o lugar de atuação privilegiado das representantes institucionalizadas do movimento feminista, que se aplicaram desde então na implementação a nível estadual de medidas voltadas para questões unificadoras de demandas sociais e mobilizadoras de um ponto de vista eleitoral — creches e saúde principalmente. E a nível federal as energias feministas giraram, nos últimos anos, em torno das iniciativas do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e se concentraram principalmente nos debates sobre itens da nova Constituição recém-promulgada.

A reflexão sobre esse empreendimento político institucionalizador — depois dos departamentos ou comissões femininas dos partidos os Conselhos Estaduais, depois o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e, por fim, as Delegacias da Mulher — constitui atualmente um dos temas mais desafiadores e instigantes para as Ciências Sociais visto que, dada a rapidez com a qual os fatos se sucedem no Brasil, já há balanços possíveis dessa experiência ainda nova. Além disso, salta aos olhos o fato de que os assuntos "feminismo" e "mulher e política" podem motivar uma reflexão mais ampla sobre processos de mudança social e, a propósito, é interessante ver como se exprimia em 1985 uma feminista "histórica", socióloga e atual presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher:

"Abre-se agora um momento novo. No sentido de que, apesar do processo de democratização ainda em curso conter elementos de continuísmo, se elaborou, neste período de privação do exercício pleno da liberdade uma nova cultura política, na qual o feminismo e os movimentos de mulheres desempenharam papel fundamental na qualificação do conceito de democracia. Cabem algumas questões:

— como apurar o espaço institucional sem ser cooptado?

— como aproveitar melhor as brechas na estrutura estatal que não é monolítica?

— como manter a mobilização social e, ao mesmo tempo, buscar algum grau

de organicidade junto aos partidos políticos?

— como interrelacionar, em suma, a democratização de relações interpessoais e de práticas políticas não institucionais à democratização dos aparatos de Estado?” (Pitanguy, 1985:12)

Caberia perguntar se há respostas possíveis para tais perguntas fora de uma análise que considere os mecanismos de construção, desconstrução e reconstrução de relações de sexos/gêneros como parte integrante de processos sociais nos quais há poderes implicados em permanência e por toda parte, ora desestabilizando-se, ora re-encontrando nova acomodação. E talvez, justamente, a distância entre uma nova acomodação de poderes e a situação precedente seja maior ou menor segundo o grau de desestabilização que os tenha atingido. A julgar pelos magros resultados verificados até agora, isso poderia ser prosaicamente resumido na fórmula “cada movimento feminista tem as vitórias que merece”. E, o que é pior, estas não são irreversíveis!

Infelizmente, os textos que analisam as experiências do feminismo de Estado, de modo geral, não têm enfrentado essas perguntas. Estes vêm se limitando a enumerar aumentos quantitativos da participação feminina nas instâncias decisórias e a apontar certos ganhos políticos obtidos no tocante a aspectos da situação das mulheres. Mas suas autoras já exprimem uma atitude crítica e/ou desiludida ao constatar a permanência de discriminações em várias instâncias nas quais se havia enfatizado a necessidade da participação política da mulher, e já reconhecem também a escassez e a insuficiência dos resultados das políticas públicas (Costa, 1985; Moraes, 1985; 1987). Mas os problemas e as dificuldades existentes ainda são explicados pela presença de um abstrato poder capitalista-patriarcal (Saffioti, 1987) ou, mais freqüentemente, atribuídas ao atraso das mentalidades e a valores machistas apontados como mais fortes do que as determinações legais (Blay, 1988).

À Guisa de Conclusão: O Movimento Feminista como objeto de estudo

As importantes colocações metodológicas contidas nos estudos de Cardoso (1933b), que criticou a visão generalizadora dos “movimentos sociais” e de Caldeira (1984), que fez o mapeamento das formas particulares e diferenciadas de participação

feminina nos chamados movimentos “sociais”, “populares”, “de periferia” ou “de bairro”, não chegaram a estimular uma linha de pesquisas que aplicasse os mesmos critérios às mobilizações autodenominadas feministas, em suas várias expressões e tendências. São ainda pouco numerosos, aliás, os estudos de fôlego sobre o movimento feminista propriamente dito no Brasil.

As divergências entre orientações políticas distintas e as dificuldades iniciais encontradas para a constituição de tal movimento em plena ditadura foram mostradas por Moraes (1981 e 1985), autora do primeiro grande trabalho acadêmico sobre a história do feminismo brasileiro contemporâneo, no qual transparecia um certo otimismo decorrente do momento político em que foi realizado o estudo e da própria implicação militante da autora.

Um balanço mais crítico já se depreende dos estudos de Gregori & Pontes (1983), de Pontes (1986), e de Grossi (1988), autoras que se dedicaram a examinar a experiência dos coletivos SOS-Violência de São Paulo e de Porto Alegre, grupos que fizeram parte do pólo de reagrupamento feminista considerado mais radical, mais significativo e mais importante do país.

Gregori e Pontes, juntas e separadamente, empreenderam uma importante discussão (contra a corrente, diga-se de passagem) sobre mulher e poder, chamando a atenção para a sutileza dos mecanismos de poder e para a dificuldade das feministas em reconhecer a presença deste entre elas mesmas e em suas relações com os homens. Essas autoras desenvolveram uma reflexão aprofundada a respeito dos pressupostos contraditórios do discurso feminista sobre a violência através da análise da experiência concreta do SOS-Mulher de São Paulo.

Por outro lado, o estudo de Grossi faz uma reconstituição histórica do movimento feminista contemporâneo no Rio Grande do Sul, mostrando sua especificidade com relação ao resto do país, onde ela visa examinar a construção pelas feministas gaúchas de um discurso sobre a violência que acaba se revelando defasado com relação às vivências reais da ‘clientela’ do SOS-Mulher.

Em meu próprio trabalho de reconstituição histórica e análise ideológica do movimento feminista contemporâneo no Brasil (Goldberg, 1982b; 1987a; 1988) venho procurando compreender os meandros do processo de elaboração e de afirmação política da ideologia feminista hoje predomi-

nante no Brasil. Numa linha de pesquisa análoga se encontra o estudo recentemente realizado por Miguel (1987), que busca captar o significado atribuído à noção de "autonomia" pelas feministas brasileiras.

Cabe, enfim, mencionar uma série de estudos amplos sobre mobilizações feministas em diferentes regiões do Brasil, desen-

volvidos no âmbito de um projeto da Universidade das Nações Unidas (Barsted, 1985; Brito, 1985; Miranda *et alii*, 1985). Os mesmos, sendo principalmente descritivos e informativos, constituem instrumentos de referência que estimulam o empreendimento de uma reflexão comparativa global.

Notas

1. Este artigo foi, em sua versão preliminar, uma comunicação apresentada ao 46.º Congresso Internacional de Americanistas (ICA), realizado entre 4 e 8 de julho de 1988 em Amsterdã. Sou grata a David Slater (CEDLA), coordenador do simpósio "Social Movements in Latin America: State Power and Popular Resistance", por ter-me convidado para participar desse evento. Contribuíram para o desenvolvimento de minha reflexão outros trabalhos que analisaram aspectos da relação entre Ciências Sociais e feminismo no Brasil, entre os quais merecem ser citados os textos de Campos (1979); Aguiar (1981); Barroso (1987); Costa Barroso & Sarti (1985); Costa (1987); Sarti (1987); Lobo (1984 e 1987); Ary (1985). Não poderia deixar de mencionar também, como uma fonte de inspiração, a pesquisa coletiva que analisa a produção acadêmica francesa — *A Propos des Rapports Sociaux de Sexe; Parcours Epistémologiques* (CNRS, 1986) — a cujo relatório final tive acesso graças a Michèle Ferrand (Centre de Sociologie Urbaine), uma de suas autoras, *Last but not least*, foram instrumentos de consulta valiosos o primeiro volume da bibliografia anotada *Mulher Brasileira* (Fundação Carlos Chagas, 1979) e o levantamento bibliográfico *Mulher e Participação Política*, realizado por Albertina de Oliveira Costa, cuja versão preliminar me foi gentilmente enviada pela autora.

2. As referências completas de meus trabalhos anteriores foram incluídas na Bibliografia. Este primeiro período constitui o tema de minha tese de Mestrado apresentada ao IFCS/UFRJ; o estudo do período posterior a 1979 é o eixo central de minha tese de Doutorado em História, desenvolvida sob a direção de Michelle Perrot na Universidade de Paris-7 (França).

3. Anos mais tarde, Branca Moreira Alves, uma das organizadoras do movimento neo-feminista surgido em 1975, defendeu uma tese de Mestrado sobre a luta das brasileiras pelo direito ao voto e foi esse o trabalho que, publicado, tornou-se obra de referência sobre as lutas feministas do início deste século (Alves, 1980).

4. Pelo Ato Institucional n. 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, o Presidente da República ficava autorizado a: 1.º decretar o recesso do Congresso e demais casas legislativas; 2.º decretar intervenções em estados e municípios; 3.º cassar mandatos coletivos e suspender direitos políticos de qualquer cidadão; 4.º remover, aposentar ou reformar quaisquer titulares de cargos públicos; 5.º decretar o estado de sítio e fixar seu prazo de duração; 6.º decretar o confisco de bens; 7.º suspender garantias constitucionais referentes às liberdades de reunião e de associação; 8.º estabelecer a censura da imprensa, da correspondência, das telecomunicações e das diversões públicas.

5. A citação reproduz exatamente o texto publicado. Verifica-se então que houve um lapso interessante, da própria autora ou de seus editores, pois a denominação correta era, na realidade, *Ligas Femininas*, tal como aparece mais adiante.

6. A literatura existente sobre o tema "mulher e trabalho" já foi objeto dos seguintes estudos: Pena, 1980a; Fundação Carlos Chagas, 1981; Aguiar, 1983; Abreu *et alii*, 1984; Lobo, 1984.

7. A concepção desta parte do artigo foi feita num processo de amadurecimento de idéias para o qual contribuíram discussões formais, conversas informais e até um intercâmbio epistolar com Elisabeth Souza Lobo (Universidade de São Paulo), Albertina de Oliveira Costa (Fundação Carlos Chagas) e Maria Betânia de Melo Ávila (SOS-Corpo de Recife). Foram também importantes os debates travados na reunião do grupo "Mulher e Política"

da ANPOCS em 1987 (Águas de São Pedro), e agradeço a Eleonora Menicucci de Oliveira e às demais pesquisadoras que nele me acolheram.

8. Citado por Velasco e Cruz & Martins, "De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da 'abertura'", in B. Sorj & M. H. Tavares de Almeida (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Brasiliense, 1983:46.

9. Cf. artigo citado na Nota 8, p. 47.

10. Cabe aqui assinalar que certas interpretações bem otimistas sobre o que ocorria na sociedade brasileira estavam sendo veiculadas por certos pesquisadores estrangeiros de renome como Félix Guattari e Cornelius Castoriadis, em visita ao país naquele momento (buscando talvez reencontrar as utopias do já longínquo maio de 68 europeu!).

11. É matéria para uma reflexão comparativa o fato de que as elites brasileiras — e as feministas não vêm constituindo exceção à regra — parecem estar sempre antecipando leis que tomam a dianteira de conflitos existentes na sociedade (potenciais ou declarados), o que termina por desradicalizá-los ou cerceá-los. Em países europeus como a França e a Itália o aborto, por exemplo, só foi debatido no Parlamento e se tornou matéria de legislação uma vez que milhares de mulheres se haviam mobilizado nas ruas e através dos meios de comunicação, defendendo a liberalização do mesmo e sua gratuidade na rede hospitalar. No Brasil o aborto — que jamais foi bandeira de luta de mais do que de um pequeno grupo de mulheres (de resto, por razões compreensíveis tendo-se em conta aspectos específicos do contexto) — foi um eixo importante dos debates travados pelas feministas no recente processo de elaboração da nova Constituição cujo texto final, embora possa parecer menos discriminatório, não impõe aos governantes — verdade seja dita — nenhum comprometimento significativo com a execução de novas políticas que alterem substancialmente a situação da população feminina.

12. Sobre a noção de "movimento de liberação das mulheres" e as distintas correntes desse movimento ver Goldberg (1987a).

13. Já existe uma produção intelectual considerável sobre as mudanças nas relações entre os sexos nas camadas médias urbanas brasileiras, como mostra a cuidadosa resenha de Salem (1986). Além dos trabalhos comentados por essa autora, ver os textos de Luz (1982; 1987) e de Cardoso (1983a).

14. Já há no Brasil uma literatura considerável sobre os "movimentos sociais" mas eles não foram estudados por seus especialistas de um ponto de vista de construção de gêneros e de relação de sexos, aparecendo geralmente como assexuados. O trabalho de Lobo (1987) traz justamente uma contribuição inovadora a essa literatura, ao procurar submeter o mesmo objeto a um outro olhar.

Bibliografia

Abreu, Alice R. de Paiva; Cappelin, Paola & Ribeiro, Maria da Glória.

1984. "O Trabalho Feminino em Áreas Urbanas da América Latina: uma revisão da literatura". In: N. Aguiar (org.), *A Mulher na Força de Trabalho na América Latina*. Petrópolis, Vozes.

Aguiar, Neuma.

1981. *Estudos de Mulheres em Versão Brasileira*. Rio de Janeiro, APEM.

1983. "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* — BIB, Rio de Janeiro, n. 16, 2.º sem.

Alambert, Zuleika.

1980a. "Os Marxistas e a Elaboração Teórica sobre a Mulher". *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n. 26.

1980b. "Mulher, Direitos, Democracia". *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n. 26.

1980c. *A Situação e a Organização da Mulher*. São Paulo, Global.

1986. *Feminismo: O Ponto de Vista Marxista*. Rio de Janeiro, Nobel.

- Albano, Celina & Montero, Paola.
1982. "Anatomia da Violência". In: Madel T. Luz (org.), *O Lugar da Mulher*. Rio de Janeiro, Graal.
- Almeida, Mônica M. de Souza.
1979. *A Mulher e a Política nos Bairros Periféricos de Campinas*. São Paulo, mimeo.
- Alves, Branca Moreira.
1980. *Ideologia e Feminismo: A Luta da Mulher pelo Voto no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- Alves, Branca Moreira & Pitanguy, Jacqueline.
1981. *O Que é Feminismo*. São Paulo, Brasiliense.
- Arruda, Ângela.
1987. *Fazendo Saúde: Consciência e Política*. XI Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- Ary, Zaíra.
1985. *As Ciências Sociais e a "Questão da Mulher"*. Apontamentos Sugestivos. IX Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- Avelar, Lúcia Mercês de.
1982. *O Voto Feminino: Eleições de 1982*. VI Encontro Anual da ANPOCS, Nova Friburgo.
1984. *O Voto Feminino no Brasil*. Tese de Doutorado, PUC-SP.
1985. *Perfis do Voto Feminino no Brasil*. IX Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
1987. *A Participação Política da Mulher e a Ideologia do Conservadorismo Político Feminino*. XI Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- Ávila, Maria Betânia de Melo.
1987. *Os Direitos Reprodutivos, o Caos e a Ação Governamental*. XI Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- Ávila Neto, Maria Inácia.
1980. *O Autoritarismo e a Mulher: O Jogo da Dominação Macho-Fêmea no Brasil*. Rio de Janeiro, Achiamé.
- Azambuja, Sônia Curvo.
1979. "Feminismo e feminilidade: fonte de conflito". *Almanaque*. São Paulo, n. 10.
- Baquero, Marcello.
1982. *Comportamento Político da Mulher em Porto Alegre, Uma Perspectiva Longitudinal, 1968-1978*. Porto Alegre, UFRGS.
- Baquero, Marcello & Prá, Jussara Reis.
1985. "História, Socialização e Participação Política da Mulher Gaúcha: uma Análise Longitudinal (1946-82)". *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 10 (2), maio/ago.
- Barroso, Carmen Lúcia de Melo.
1981. "Um Novo Conceito de Política: o Caso da Conferência de Copenhague". *Cadernos do CERU*. São Paulo, n. 14.
1982. (Org.). *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*. São Paulo, Brasiliense/UNICEF.
1987. *O Descompasso na Expansão do Ensino e da Pesquisa*. XI. Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- Barsted, Leila Linhares.
1985. *O Movimento Feminista no Rio de Janeiro: Trajetórias, Demandas e Impasses*. Universidade das Nações Unidas, mimeo.
- Blay, Eva Alterman.
1980. "Mulheres e Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Anistia, Custo de Vida e Creches". *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n. 26.

- 1982a. Do Espaço Privado ao Público: A Conquista da Cidadania pela Mulher no Brasil. VI Encontro Anual da ANPOCS, Nova Friburgo.
- 1982b. *As Prefeitas*. Rio de Janeiro; Mulher-Avenir.
1984. *A Participação das Mulheres na Redemocratização*. São Paulo, Conselho Estadual da Condição Feminina.
1988. Mulher e Estado. Encontro "Towards Progress on Women Rights and Social Status in Developing Countries", Berlim, mimeo.
- Boff, Leonardo.
1974. "Masculino e Feminino: o que é?". *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis, n. 68, nov.
- Brito, Maria Noemi Castilhos.
1982. Participação Sindical Feminina. Um Estudo de Caso. VI Encontro Anual da ANPOCS, Friburgo.
- 1984a. Da Fábrica ao Sindicato. A Construção da Militante Operária. XIV Reunião da ABA.
- 1984b. Participação Sindical Feminina no Processo de Redemocratização no Brasil. VIII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- 1985a. Mulheres no Sul: Movimento e Ação, 1975 a 1985. Universidade das Nações Unidas, mimeo.
- 1985b. Operárias, Feminino Plural. IX Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- Brito, Maria Noemi Castilhos & Prá, Jussara Reis.
1987. Movimentos de Mulheres no Sul do Brasil, 1975 a 1987. XI Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- Bueno, Ruth.
1970. *Regime Jurídico da Mulher Casada*. Rio de Janeiro, Forense.
1972. "A Estrutura dos direitos e deveres da mulher no anteprojeto do Código Civil". *Jurídica*. Rio de Janeiro, n. 17 (119), out./dez.
- Caldeira, Teresa Pires do Rio.
1984. Mulher e Política ou Há Mais Distância entre o Céu e a Terra. Reunião Anual da ABA.
- Campos, Maria M. Malta.
1979. "A Mulher Objeto... de Estudo". *Almanaque*. São Paulo, n. 10.
- Campos, Maria M. Malta (cont.).
1980. "A Luta por Creches". *Almanaque*. São Paulo, n. 11.
1982. *Escola e Participação Popular: A Luta por Educação Elementar em Dois Bairros de São Paulo*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- Cardone, Marly A.
- 1965a. *A Influência da Gravidez no Contrato de Trabalho da Mulher*. São Paulo. Tese de Doutorado, FCEA/USP.
- 1965b. "Mulher Casada e Contrato de Trabalho". *Revista LTr*, 29/447.
1970. "Trabalho Noturno da Mulher". *Revista LTr*, 34/787.
1975. "Subsídios do Direito do Trabalho para um Debate sobre a Situação da Mulher". *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 15, dez.
- Cardoso, Ruth.
- 1983a. "A Adesão dos Homens ao Feminismo: Uma Estratégia de Sobrevivência". VII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- 1983b. "Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico". In: B. Sorj & M. H. Tavares de Almeida (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo, Brasiliense.
- Caulliraux, Heitor Mansour.
1981. Formas de Resistência na Indústria do Vestuário. V Encontro Anual da ANPOCS, Nova Friburgo.

- Cavalcanti, Maria Laura *et alii*.
1981. "Antropologia e Feminismo". *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro, n. 1.
- Chinelli, Filipina *et alii*.
1980. Casa e Fábrica: A Organização Política da Mulher Trabalhadora. IV Encontro Anual da ANPOCS.
- Chiriac, Jany & Padilha, Solange.
1982. "Características e Limites das Organizações de Base Femininas". In: C. Bruschini & F. Rosemberg (orgs.), *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- Corrêa, Mariza.
1981. *Os Crimes da Paixão*. São Paulo, Brasiliense.
1983. *Morte em Família: Representações Jurídicas de Papéis Sexuais*. Rio de Janeiro, Graal.
1984. "Mulher e Família: um debate sobre a literatura recente". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* — BIB. Rio de Janeiro, n. 18, 2 sem..
- Costa, Albertina de Oliveira.
1985. *Política Governamental e a Mulher*. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina.
1987. *Baseado e Pau-de-Arara. Memórias do Feminismo nos Trópicos*. São Paulo, 1970. XI Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- Costa, Albertina de Oliveira; Barroso, Carmen & Sarti, Cynthia.
1985. "Pesquisa sobre Mulher no Brasil — do limbo ao gueto?". *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 54, ago.
- Ferrante, Vera Lúcia Silveira Botta.
1983. *Mulheres em Movimento na Zona Rural Paulista*. VII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- Fonseca, Romi Medeiros da.
1970. "Direitos da Mulher". *Jurídica*. Rio de Janeiro, n. 15 (110), jul./set..
1971. "A Mulher e o Desenvolvimento Nacional". *Jurídica*. Rio de Janeiro, n. 16 (114), jul./set..
- Framm, Terezinha *et alii*.
1968. *Mulher-Presença 1*. Petrópolis, Vozes.
- Fundação Carlos Chagas.
1979. *Mulher Brasileira: Bibliografia Anotada*. Vol. 1. São Paulo, Brasiliense.
1981. *Mulher Brasileira: Bibliografia Anotada*. Vol. 2. São Paulo, Brasiliense.
- Gitahy, Leda *et alii*.
1982. "Operárias: Sindicalização e Reivindicações, 1970-1980". *Revista Cultura Política*. São Paulo.
- Gohn, Maria da Glória Marcondes.
1981. *O Movimento de Luta por Creches em São Paulo: Reconstituição Histórica e Algumas Considerações Teóricas*. V Encontro Anual da ANPOCS, Nova Friburgo.
- Goldberg, Anette.
1982a. "Os Movimentos de Liberação da Mulher na França e na Itália (1970-1980): primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil". In: M. T. Luz (org.), *O Lugar da Mulher*. Rio de Janeiro, Graal.
1982b. *Feminismo em Regime Autoritário: A Experiência do Movimento de Mulheres no Rio de Janeiro*. 12.º Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA), Rio de Janeiro.
1984. "Espaces féminins et espaces féministes en Amérique Latine: quelques réflexions". *Cahiers des Amériques Latines*. Paris, n. 26.

1986. "Femmes, recherches, féminismes au Brésil: un ordre de facteurs qui altère le produit". *Bulletin du CRIF*. Paris, n. 10.
- 1987a. *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. Rio de Janeiro. Tese de Mestrado, IFCS/UFRJ.
- 1987b. *Gênero Mulher, Identidade de Esquerda: O Feminismo das Brasileiras no Exílio*. XI Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
1988. "Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo 'bom para o Brasil'". Seminário "Relações de Sexo x Relações de Gênero", FFLCH/USP. *Cadernos da USP* (no prelo).
- Gregori, Maria Filomena & Pontes, Heloisa André.
1983. *A Família, a Violência e o Feminismo*. VII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- Grossi, Miriam Pillar.
1988. *Discours sur le Femmes Battues: Représentations de la Violence sur les femmes au Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado, Universidade de Paris-5, França.
- Grupo Ceres.
1981. *Espelho de Vênus. Identidade Social e Sexual da Mulher*. São Paulo, Brasiliense.
- Guivant, Júlia Sílvia.
1985. *Dilemas das Mulheres nos Partidos Políticos: A Campanha Eleitoral em 1982 em Florianópolis*. IX Encontro Anual da ANPOCS.
- Hahner, June E.
1978. *A Mulher no Brasil*. Textos Coligidos e Anotados. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
1981. *A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937*. São Paulo, Brasiliense.
- IDAC. Projeto Mulher.
1983. *Mulheres em Movimento*. Rio de Janeiro, Marco Zero.
- Kühner, Maria Helena.
1966. "Mulher, Sujeito ou Objeto". *Revista Paz e Terra*. Rio de Janeiro, n. 2, set..
1967. "Sexo, uma Dimensão da Liberdade Humana". *Revista Paz e Terra*. Rio de Janeiro, n. 5, out..
1977. *O Desafio Atual da Mulher*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- Lafer, Betty Mindlin.
1975. "Em Busca do Feminino". *Cadernos de Opinião*. Rio de Janeiro, n. 1.
- Leite, Rosalina de Santa Cruz.
1982. *A Operária Metalúrgica*. São Paulo, Semente.
- Lins, Ivan.
1967. "A Mulher no Mundo Contemporâneo". *Digesto Econômico*. São Paulo, n. 22, mar./abr.
- Lobo, Elisabeth Souza.
1984. *A Divisão Sexual do Trabalho e as Ciências Sociais: Notas de Pesquisa*. VIII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- 1985a. "De Nairobi a Bertiooga: Viagens aos Confins do Feminismo". *Desvios*. São Paulo, n. 5.
- 1985b. *Mulheres, Feminismo e Novas Práticas Sociais*. Seminário "As Mulheres e os Novos Espaços Democráticos na América Latina", Porto Alegre.
1987. *Homem e Mulher: Imagens das Ciências Sociais*. XI Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- Lobo, Elisabeth Souza & Paoli, Maria Célia.
1982. "Notas sobre o Movimento Feminino". *Desvios*. São Paulo, n. 1.

- Luz, Madel Therezinha.
 1982. "O Lar e a Maternidade. instituições políticas". In: — (org.). *O Lugar da Mulher*. Rio de Janeiro, Graal.
 1987. "Identidade Masculino-Feminino na Sociedade Urbana Brasileira Atual: crise nas representações?". In: C. Da Poian (org.), *Homem-Mulher. Abordagens Sociais e Psicanalíticas*. Rio de Janeiro, Taurus.
- Machado, Lia Zanotta.
 1983. Identidade Feminina nas Periferias de Brasília. VII Encontro Anual da ANPOCS.
- Mântega, Guido.
 1979. (org.). *Sexo e Poder*. São Paulo, Brasiliense.
- Matos, Olgária.
 1979. "Feminismo: Reforma ou Revolução". In: G. Mântega (org.), *Sexo e Poder*. São Paulo, Brasiliense.
- Meira Penna, J. O.
 1972. "Eros versus Logos ou a Solução Brasileira". *Comentário*. Rio de Janeiro, n. 13, 3 trim.
- Miguel, Sônia Malheiros.
 1987. *O Movimento Feminista no Rio de Janeiro: Becos e Saídas*. XI Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- Miranda, Glaura Vásquez; Coser, Suzana & Filgueiras, Cristina.
 1985. Movimento de Mulheres em Minas Gerais. Universidade das Nações Unidas, mimeo.
- Moraes, Maria Ligia Quartim de.
 1981. Família e Feminismo: Reflexões sobre os Papéis Femininos na Imprensa para Mulheres. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- Moraes, Maria Ligia Quartim de (cont.).
 1985. *Mulheres em Movimento*. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina.
 1987. Políticas Públicas e a Nova Burocracia. XI Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- Moraes, Maria Ligia Quartim de & Silva, Maria Mendes da.
 1981. *Vida de Mulher*. Rio de Janeiro, Marco Zero.
- Moraes, Tancredo.
 1971. *Pela Emancipação Integral da Mulher*. Rio de Janeiro, Pongetti.
- Moysés, Rosa Lúcia.
 1982. *Práticas Operárias Femininas: Reflexões sobre o Caso das Trabalhadoras Químicas na Cidade de São Paulo*. VI Encontro Anual da ANPOCS, Nova Friburgo.
- Muraro, Rose Marie.
 1967. *A Mulher na Construção do Mundo Futuro*. Petrópolis, Vozes.
 1969. *A Automação e o Futuro do Homem*. Petrópolis, Vozes.
 1970. *A Libertação Sexual da Mulher*. Petrópolis, Vozes.
 1983. *A Sexualidade da Mulher Brasileira*. Petrópolis, Vozes.
- Oliveira, Eleonora Menicucci de.
 1983. Eleições de 1982 e a Autonomia dos Movimentos Feministas: Participação das Mulheres de uma Favela de João Pessoa. VII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- Paolí, Maria Célia.
 1985. "Mulheres: Lugar, Imagem, Movimento". *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro, n. 4.

- Pena, Maria Valéria Junho.
 1980a. "A Mulher na Força de Trabalho". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* — BIB. Rio de Janeiro, n. 9.
 1980b. "Uma nova Sociologia?". *Dados*. Rio de Janeiro, n. 23 (1).
- Pimentel, Sílvia.
 1976. *Comunicação Docente. Evolução dos Direitos da Mulher: Norma, Fator, Valor*. São Paulo. Tese de Doutorado, PUC-SP.
 1981. *A Necessária Participação Política da Mulher*. V Encontro Anual da ANPOCS, Nova Friburgo.
 1983. *A Mulher e as Eleições de 1982*. VII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- Pinheiro, Ana Alice Costa.
 1983. *A Participação da Mulher nas Eleições de Novembro de 1982 na Bahia*. VII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- Pinto, Celi Regina Jardim.
 1985. *A Propósito da Controvérsia Feminismo/Marxismo (Limites e Perspectivas do Feminismo Socialista)*. IX Encontro Anual da ANPOCS.
 1987. *A Mulher como Sujeito Político*. XI Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- Pitanguy, Jacqueline.
 1985. *Poder e Autoridade: Algumas Questões sobre Política Institucional e Movimentos Sociais*. IX Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- Pontes, Heloisa André.
 1986. *Do Palco aos Bastidores. O SOS-Mulher e as Práticas Feministas Contemporâneas*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP-SP.
- Prado, Danda.
 1979. *Ser Esposa: A Mais Antiga Profissão*. São Paulo, Brasiliense.
 1980. "Ser Pai é um Fato Biológico ou Social?". *Debate*. São Paulo, n. 6.
- Saffioti, Heleieth Iara B.
 1973. "Aspectos Gerais do Problema da Mulher". *Cadernos CERU*. São Paulo, n. 6, jun.
 1976. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Petrópolis, Vozes.
 1987. "Feminismo e seus Frutos no Brasil". In: Emir Sader (org.), *Movimentos Sociais na Transição Democrática*. São Paulo, Cortez.
- Salem, Tânia.
 1986. "Famílias em Camadas Médias: uma perspectiva antropológica". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* — BIB. Rio de Janeiro, n. 21.
- São Thiago, Moema.
 1983. *A Participação Política da Mulher no Ceará. Eleições de 82*. VII Encontro anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- Saraiva, Terezinha.
 1972. "A Mulher no Processo de Desenvolvimento". *Comentário*. Rio de Janeiro, n. 13, 3.º trim.
- Sarti, Cynthia.
 1987. *Pesquisa e Feminismo: Armadilha em Campo Confinado*. XI Encontro da ANPOCS, Águas de São Pedro.
 1988. "Feminismo no Brasil: uma trajetória particular". *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 64, fev.
- Silva, Carmen da.
 1966. *A Arte de Ser Mulher*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
 1967. *O Homem e a Mulher no Mundo Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

- Silva, Iara Maria Ilgenfritz da.
1981. *Movimentos de Mulheres e Partidos Políticos: Antagonismos e Contradições*. V Encontro Anual da ANPOCS, Nova Friburgo.
1982. *A Ideologia Feminista do Partido dos Trabalhadores*. VI Encontro Anual da ANPOCS, Nova Friburgo.
- Silva, Maria Lúcia Carvalho da.
1973. *Algumas Considerações sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo, SESC.
- Singer, Paul.
1980. "O Feminino e o Feminismo". In: V. C. Brant & P. Singer (orgs.), *São Paulo: O Povo em Movimento*. Petrópolis, Vozes.
- Soihet, Rachel.
1974. *Bertha Lutz e a Ascensão Social da Mulher: 1919-1937*. Niterói. Dissertação de Mestrado apresentada ao ICHF/UFF.
- Studart, Heloneida.
1969. *A Mulher Brinquedo do Homem*. Petrópolis, Vozes.
1974. *Mulher. Objeto de Cama e Mesa*. Petrópolis, Vozes.
- Tabak, Fanny.
1968. "A Declaração Universal e os Direitos da Mulher". *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, n. 2 (4), out./dez.
1971. "O Status da Mulher no Brasil: Vitórias e Preconceitos". *Cadernos PUC*. Rio de Janeiro, 7.
1979. *Associações Femininas como Grupos de Pressão Política*. III Encontro Anual da ANPOCS, Belo Horizonte.
1981. *Exercício do Voto e Atuação Parlamentar da Mulher no Brasil*. V Encontro Anual da ANPOCS, Nova Friburgo.
1982a. "O Papel da Mulher na Definição das Políticas Públicas no Brasil". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n. 54.
1982b. *A Questão da Autonomia do Movimento Feminista*. VI Encontro Anual da ANPOCS, Nova Friburgo.
1983. *Autoritarismo e Participação Política*. Rio de Janeiro, Graal.
1985. *Década da Mulher como Forma de Participação Política: Avaliação e Balanço*. IX Encontro Anual da ANPOCS.
1986. "Partidos Políticos e Candidaturas à Constituinte: O Compromisso Feminista". X Encontro Anual da ANPOCS.
- Tabak, Fanny & Capeller, Wanda.
1984. *A Mulher no Congresso Nacional. Relatório de pesquisa*, NEM/PUC-RJ.
- Tabak, Fanny & Sanchez, Silvia.
1981. *Movimentos Feministas e Partidos Políticos*. V Encontro Anual da ANPOCS, Nova Friburgo.
- Tabak, Fanny & Toscano, Moema.
1982. *Mulher e Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Toscano, Moema.
1976. *Mulher, Trabalho e Política. Caminhos Cruzados do Feminismo*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana.
- Werneck, Olga.
1965. "O Subdesenvolvimento e a Situação da Mulher". *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n. I (4), set.

Coleções e números especiais de periódicos:

- Almanaque*. São Paulo, n. 10, 1979. Número especial A Mulher Objeto de Estudo.
Cadernos de Pesquisa. São Paulo, Fundação Carlos Chagas.

Comentário. Rio de Janeiro, Instituto Judáico de Cultura e Divulgação, n. 13, 3.º trim., 1972. Número especial.

Debate. São Paulo, n. 6, 1980. Número especial A Estrutura Familiar na Opressão Feminina.

Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, n. 26, 1980. Número especial Mulher Hoje.

Escrita/Ensaio. São Paulo, n. III(5), 1979. Número especial Mulher Brasileira: A Caminho da Libertação.

Perspectivas Antropológicas da Mulher. Volumes 1, 2, 3, 4. Rio de Janeiro, Zahar.

Revista de Ciências Sociais. Porto Alegre, IFCH/UFRGS, v. 1 (2), 1987. Número especial As Mulheres e os Novos Espaços Democráticos na América Latina.